

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

JOSÉ ILTON LIMA PORTO

**Marcas de resistência das jornalistas
LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão**

São Paulo
2023

JOSÉ ILTON LIMA PORTO

**Marcas de resistência das jornalistas
LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Interfaces sociais da comunicação.

Linha de pesquisa: Comunicação: interfaces e institucionalidades.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Cláudia Lago

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Porto, José Ilton
Marcas de Resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão / José Ilton Porto; orientadora, Claudia Lago. - São Paulo, 2023.
81 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação /
Escola de Comunicações e Artes
/ Universidade de São Paulo.
Bibliografia Versão corrigida

1. Jornalismo. 2. Cisheteronormatividade. 3. Jornalistas LGBTQIA+. I. Lago, Claudia . II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

PORTO, José Ilton. **Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão**. 2023. 80 p.: il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

APROVADO EM: 05/12/2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. **Cláudia Lago**

Instituição Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Julgamento APROVADO

Profa. Dr^a. **Sara Alves Feitosa**

Instituição Universidade Federal do Pampa

Julgamento APROVADO

Prof. Dr. **Gean Oliveira Gonçalves**

Instituição FIAM-FAAM Centro Universitário

Julgamento APROVADO

*Para o meu avô José Nário (in memoriam),
que me ensinou que o mundo é pequeno
para quem aprendeu a ser gigante.*

Para todas as pessoas que subvertem as normas.

AGRADECIMENTOS

“Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior. Mas trago, de cabeça, uma canção do rádio, em que um antigo compositor baiano me dizia: ‘Tudo é divino, tudo é maravilhoso!’”

Divino e maravilhoso é chegar até aqui. Neste momento, a minha mente permeia de sentimentos, de poucas certezas e de muitas vontades. Mas, sobretudo, de muita gratidão. Nada se tornaria tão divino e tão maravilhoso se não fossem vocês:

Cláudia Lago, minha amiga, professora e orientadora. Sempre muito aberta para o novo, aceitou o desafio de viajar comigo neste mundo queer. Minha gratidão pela paciência, afeto, conversas, conselhos, ensinamentos, pelo direcionamento da pesquisa e por apostar em mim. Você é a minha referência de profissional e isso me faz mais honrado em tê-la como minha orientadora.

Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP, por ter me proporcionado a oportunidade de produzir o conhecimento e elaborar uma pesquisa que desafia a normatividade, que perturba e não aspira o centro. Agradeço, também, as pessoas maravilhosas que entraram em meu caminho neste trajeto – o grupo de poderosas do AlterGen: Anderson Melo, Cíntia Gomes, Elisa Canjani, Gean Gonçalves, Isabella Bergo e Janaina Gallo.

Quero agradecer aos professores e professoras da banca de qualificação e de defesa, por todas as considerações e carinho com o meu trabalho. O jornalismo precisa de vocês, o fazer ciência também.

Jornalistas desta pesquisa, sem vocês nada disso aqui seria possível. Obrigado pela disponibilidade e confiança. E, principalmente, por acreditarem em um jornalismo mais afeito à alteridade e às condições humanas.

As mulheres da minha vida – minha avó, Edelvina Lima, e minha mãe, Gilmara Lima. Obrigado, amores da minha vida, por me educarem, pelo carinho e dedicação; por terem demonstrado que em cada fase da vida existe uma lição a ser aprendida; por toda generosidade, confiança e admiração. Eu sempre acreditei na força de vocês, porque eu acredito muito na força das mulheres. Sem vocês esta pesquisa não existiria, tampouco eu mesmo.

Meus familiares – minhas tias e tio, primos, irmão e sobrinha. Tem muito de vocês nesta pesquisa e em meu coração.

Minhas perfeitinhas e perfeitinhas do meu projeto social – minhas meninas e meninos do Colégio Deocleciano Barbosa de Castro – por todo afeto, por cada abraço, por nossa via de admiração e respeito. Quero gravar essa fase da minha vida aqui, para que eu nunca esqueça de que sou especial – porque é assim que me sinto quando estou com vocês.

A todos os meus amigos e amigas, por terem me encorajado e acreditado em mim,

principalmente nas horas que duvidei. Obrigado por tornarem a minha vida mais leve, sinto-me honrado em viver no mesmo espaço-tempo que vocês.

Agradeço imensamente a cidade de São Paulo por ter acolhido este baiano. Todo baiano tem a graça de Gal, o rebolado e o gingado de Ivetinha, a bondade de irmã Dulce, a poesia de Castro Alves e é amado como Jorge. Tem dendê no sangue, axé na veia e gratidão no coração. Gratidão!

RESUMO

PORTO, José Ilton. **Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão**. 2023. 80 p.: il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A pesquisa busca identificar as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão, a partir de seus relatos. Amparados na teoria queer, os conceitos de identidade, gênero e cisheteronormatividade norteiam esta pesquisa e estão assentados em Joan Scott (1995), Judith Butler (2003), Guacira Louro (2005; 2008) e Viviane Vergueiro (2015). A pesquisa é de natureza qualitativa (ANGROSINO, 2009) e se apoia na Antropologia (LAGO, 2014), a partir do diálogo com as jornalistas LGBTQIA+. O trabalho pretende contribuir com os estudos de gênero presentes na área de Comunicação, em sua vertente acadêmica, bem como colaborar para um diagnóstico no campo profissional sobre os constrangimentos decorrentes da identidade sexual e de gênero, podendo servir de alerta para entidades sindicais e empresas do campo jornalístico. Por fim, reflete-se sobre a importância das políticas de diversidade e inclusão nas empresas jornalísticas e sobre pensar em um jornalismo mais sensível às condições humanas e afeito à alteridade.

Palavras-chave: jornalismo, cisheteronormatividade, jornalista lgbtqia+, resistência

ABSTRACT

The research seeks to identify the marks of resistance of LGBTQIA+ journalists to cisheteronormativity in the profession, based on their reports. Supported by queer theory, the concepts of identity, gender and cisheteronormativity guide this research and are based on Joan Scott (1995), Judith Butler (2003), Guacira Louro (2005; 2008) and Viviane Vergueiro (2015). The research is qualitative in nature (ANGROSINO, 2009) and is based on Anthropology (LAGO, 2014), based on dialogue with LGBTQIA+ journalists. The work intends to contribute to gender studies present in the area of Communication, in its academic aspect, as well as to contribute to a diagnosis in the professional field of the constraints arising from sexual and gender identity, and can serve as an alert for trade unions and companies in the journalistic field. Finally, it reflects on the importance of diversity and inclusion policies in journalistic companies and on thinking about journalism that is more sensitive to human conditions and affects otherness.

Keywords: journalism; cisheteronormativity, lgbtqia+ journalist, resistance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Perfil das jornalistas brasileiras por cor/raça

Figura 2 – Cor e raça das jornalistas brasileiras por cargo

Figura 3 – Imagem do título da notícia com posicionamento de Breno

Figura 4 – Comentário de um internauta na publicação de Lucas

Figura 5 – Comentário negativo na publicação de Lucas com resposta dele

Figura 6 – Comentário positivo na publicação de Lucas

Figura 7 – Primeira Edição do Lâmpião da Esquina lançada em 1971

Figura 8 – Questões raciais eram debatidas no jornal

Figura 9 – A luta de classe também ganhava corpo no jornal

Figura 10 – Reportagem sobre a demissão de Celso Cúri

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Descrição do perfil das entrevistadas

Quadro 2- Sistematização das marcas de resistência observadas no campo jornalístico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Com qual gênero você se identifica?

Tabela 2- Como você define a sua cor/raça

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTQIA+ Lésbica, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL E CULTURA CISHETERONORMATIVA	21
1.1 O CIS DA QUESTÃO	21
1.2 A CISHETERONORMATIVIDADE.....	24
2 IDENTIDADE PROFISSIONAL E CULTURA JORNALÍSTICA	27
2.1 A MITOLOGIA JORNALÍSTICA SOB À ÓTICA DE GÊNERO.....	29
2.2 A CISHETERONORMATIVIDADE NO JORNALISMO.....	32
2.3 O PERFIL BRANCO E CISHETERONORMATIVO DAS JORNALISTAS NO BRASIL	35
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	39
3.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	41
4 COM VOCÊS, AS JORNALISTAS LGBTQIA+	43
4.1 COMO E QUANDO O GÊNERO E OUTROS MARCADORES ME ATRAVESSAM.....	43
4.2 A AUTOCENSURA COMO EXPRESSÃO DA CISHETERONORMATIVIDADE.....	50
4.3 AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA NO JORNALISMO.....	56
4.4 SOB À LUZ DO LAMPIÃO: O JORNALISMO ALTERNATIVO COMO MARCA DE RESISTÊNCIA	66
5 APONTAMENTOS FINAIS	74
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

“Ilton, tenta cuidar os seus trejeitos em frente às câmeras!”. Esta foi a frase dita por uma coordenadora, que certa vez me constrangeu perante minha equipe de trabalho. Foi a partir desse dia que comecei a perceber que o jornalismo reproduzia uma heteronormatividade intrínseca à sociedade – que se estrutura como espaço de (re)produção de discursos biológicos, religiosos e políticos que determinam padrões a serem seguidos por todos os sujeitos. A naturalização de uma heterossexualidade imposta por nossa cultura descarta quaisquer que sejam outras identidades, estigmatizando sujeitos que subvertem a norma. Foi a partir desse dia que comecei a pensar que jornalistas LGBTQIA+ são submetidos/as aos constrangimentos e sanções que não são apenas derivados da política organizacional da empresa, são perpassados/as por uma cisheteronormatividade constitutiva do jornalismo.

Não foi a primeira vez que me pediram para “cuidar os meus trejeitos”. Lembro-me que, quando pequeno, ao sentar com as pernas cruzadas, algum adulto da família disciplinava o meu corpo: “senta como homem!”. Nasci no interior da Bahia, numa região onde o discurso de que devemos ser “cabra macho” ecoava a todo instante. Os papéis de gênero são bem delineados e qualquer pessoa que ousa fugir à rota fixada é colocada num patamar de subalternidade, vivenciando o preconceito.

Apontaram-me gay, ainda na escola, quando eu mal sabia o que era sexualidade. Falaram da minha identidade sexual na graduação, quando eu ainda estava descobrindo o que era identidade e performando uma heteronorma. Censuraram o meu jeito de ser/estar no mundo porque seria constrangedor para aquela empresa se o meu corpo não correspondesse aos códigos culturais de gênero. Foram esse apontamentos que me levaram a pesquisar, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como se configura a heteronormatividade no exercício da profissão do jornalista gay. E é, em meio as minhas inquietações pessoais e acadêmicas, que nasce o projeto de dissertação que pretende investigar quais são as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão.

Vale destacar a perspectiva em que esta pesquisa está construída, a partir do lugar da pesquisadora bicha, cis, branca e baiana. Aliás, “estou” bicha, cis, branca e baiana, uma vez que para Butler (2003) o sujeito é um devir, está sempre em processo, se constrói no discurso pelos atos que executa e no encontro com o outro. Nessa ressignificação contínua, problematizando a ideia de essência do sujeito, considero todas as minhas multiplicidades. Por isso, é fundamental (re)afirmar-me dentro da dissertação e, sobretudo, referir-me no feminino¹, porque a minha pesquisa é

¹ Sabe-se que o discurso, historicamente, foi usado como mecanismo de dominação masculina. Desse modo, nesta

corporificada e busca fugir das amarras da ciência canônica, masculinista e heterossexual – é um saber localizado (HARAWAY, 1995).

Coloco-me na pesquisa, enquanto vivência gay e jornalística, tomando posse de uma “escrevivência”, termo cunhado por Conceição Evaristo. “A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (EVARISTO, *online*, 2022). Desse modo, pretendo trazer elementos autobiográficos à pesquisa – ao mesmo tempo que escrevo e pesquiso, produzo-me e me afeto pelo Outro.

E é neste me deixar afetar que compreendi que estar sendo gay, branca, cis, mesmo que pró-feminista e busque questionar todas as formas de opressão, não me isenta dos privilégios pautados na dominação masculina (BOURDIEU, 2002), nem de me surpreender com traços inconscientes de todo discurso cisheteronormativo. Ressalto, aqui, que não vivencio o racismo e a transfobia, entendo o meu lugar de privilégio e é desse lugar que pretendo fazer uma reviravolta em uma pesquisa que não aspira o centro.

Pontuo, aqui, que sou da Bahia, porque é importante dizer de onde venho. Bebendo da fonte da pesquisadora transfeminista, Viviane Vergueiro, “temos de baianar cada vez mais a academia, desestabilizar seus pressupostos, descentralizar a Europa, interrogar o sudeste bandeirante e sóbrio de caretices” (VERGUEIRO, 2015, p.186). Dito isso, começo a problematização da minha pesquisa por um fato que aconteceu na década de 1970, mas que permeia o jornalismo até hoje.

“Não confiavam em mim no jornalismo porque sou gay”, diz Aguinaldo Silva no livro: “A Seguir, Cenas do Próximo Capítulo” escrito pelos jornalistas André Bernardo e Cintia Lopes (2009). O relato do novelista foi publicado em matéria² da Folha de São Paulo em 2010. Nele, Aguinaldo explica que no jornalismo não havia lugar para gays e, assim, ele percebeu que não faria carreira na profissão porque as pessoas não o consideravam confiável por conta da sua identidade sexual.

Este depoimento de Aguinaldo, na época, me levou a questionamentos. A história de Aguinaldo Silva é atemporal e se repete, ainda, nas redações brasileiras? O jornalismo contribui para o processo de reprodução de valores hegemônicos de gênero? O jornalismo reproduz um padrão heteronormativo vigente em nossa cultura? Estas questões me levaram a uma pesquisa monográfica, elaborada em 2016. Foram realizadas entrevistas com dez jornalistas, entre 23 e 53 anos, autodeclaradas gays e que estão no exercício da profissão. Mapiei as expressões de heteronormatividade vivenciadas no campo e como a jornalista vela a identidade sexual para se tornar uma “sujeita legítima” no âmbito redacional.

Martín Barbero (2018) nos convida a mudar o lugar das questões, deslocar o objeto e fazer

pesquisa, o feminino será a sujeita da escrita e do discurso, numa tentativa de subverter a norma. Utilizarei o masculino, apenas, quando se tratar da identidade de gênero de uma pessoa, mais especificamente, pessoas trans.

² <https://www1.folha.uol.com.br/fofha/livrariadafolha/ult10082u731304.shtml>

novas perguntas. Se, anteriormente, estudei a reprodução de uma heteronormatividade no exercício da profissão da jornalista gay e como esta profissional reproduz a norma social, agora trata-se de operar um deslocamento e voltar o meu olhar à temática para pesquisar o inverso, ou seja, buscar as marcas de resistência destas jornalistas que não performam a norma, no projeto: “Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão”.

Vale destacar que, para o processo de ingresso ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, este projeto focava em jornalistas gays. Porém, na entrevista de seleção, fui desafiada pela banca a ampliar o espectro de gênero e sexualidade. Desta forma, a pesquisa foi atualizada, e volto meu olhar ao tema com o seguinte problema: Quais são estratégias/ações de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão?

O jornalismo é perpassado por uma [cis]heteronormatividade hegemônica (PORTO; FEITOSA, 2017), portanto a pesquisa parte do pressuposto de que o exercício do jornalismo oferece poucas lacunas de resistência, principalmente quando se trata de telejornalismo – mas elas estão presentes e a tarefa agora é encontrar estas marcas de resistência também junto a sujeitas não cisheteronormativas.

Sabe-se que a Ciência, enquanto discurso e prática social, está submetida a condições sócio-históricas de produção (LOPES, 2018), que afetam e condicionam sua produção. Como parte destas condições socio-históricas, é necessário frisar que o Brasil vive um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população LGBTQIA+. Se por um lado, conquistaram direitos historicamente resguardados para uma elite cisheteronormativa e aprofundaram o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro, assistem a aterradora reação dessa mesma elite em sua pretensão de perpetuar o alijamento dessas sujeitas e seus afetos. Nesta conjuntura, se encontra a violência LGBTfóbica oriunda dos discursos de uma sociedade machista e conservadora, em que a cisheteronormatividade regula os corpos, criando um parâmetro de normalidade em relação ao gênero e sexualidade. Suas ramificações são notadas no universo familiar, escolas, nos discursos religiosos, em várias esferas do poder público e no ambiente de trabalho (LOURO, 2005). Desse modo, faz-se importante discutir como a cisheteronormatividade permeia as práticas jornalísticas e compreender como as profissionais resistem a essa normatividade hegemônica.

Assentada no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e na Constituição Federal, a escolha temática justifica-se pela necessidade de respeito ético e responsabilidade social que o jornalismo tem como discurso que colabora com a formação de opinião e pode contribuir para a quebra de preconceitos disseminados na sociedade – uma vez que a prática jornalística se relaciona cada vez mais com a formação de valores na sociedade.

Por meio de pesquisas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em anais de eventos como o da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e bibliotecas eletrônicas como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Plataforma Sucupira e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, usando as palavras-chave: cisheteronormatividade e resistência de jornalistas LGBTQIA+ não constatei a presença de estudos que abordem as relações entre o exercício do jornalismo, cisheteronormatividade e resistência de profissionais LGBTQIA+ (o que aponta para a importância dessa pesquisa). Ao deslocar as palavras-chave para “cisheteronormatividade no jornalismo” encontrei algumas autoras que abrem caminhos para trilhar a temática aqui apresentada: Em 2010, Márcia Veiga da Silva com a pesquisa: “*Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*” e em 2020: “*Ações de resistência ao jornalismo colonizado: a subjetividade nas práticas jornalísticas de excelência*”. Vicente Darde e Valdir Morigi, em 2012, com a pesquisa sobre: “*Diversidade sexual no jornalismo brasileiro*”; e mais recente em 2021, Francisco Rafael Jeronimo disserta: “*Olhares queer sobre o jornalismo: as representações das dissidências sexuais e de gênero no jornal O Povo*”. Ainda no mesmo ano (2021) temos a pesquisa: “*A última morte de Lourival: a cisgeneridade como metanarrativa sobre os corpos no jornalismo*”, de Alisson Machado e Marlon Dias.

Esta dissertação se torna pertinente por contribuir com os estudos de gênero presentes na área de Comunicação, em sua vertente acadêmica, bem como colaborar para um diagnóstico no campo profissional sobre os constrangimentos decorrentes da identidade sexual e de gênero, podendo servir de alerta para entidades sindicais e empresas do campo jornalístico. Além disso, na pesquisa, levarei em consideração se há fomentação das políticas de diversidade e inclusão nas organizações jornalísticas, evidenciando sua importância para a jornalista LGBTQIA+ resistir à cisheteronorma no espaço laboral. O estudo traz uma reflexão epistemológica a partir da interação com as sujeitas da pesquisa e suas práticas sociais, ao contestar o jornalismo – sendo ele uma instituição perpassada pelo gênero masculino (VEIGA, 2014) e reprodutora, também no espaço laboral, de uma [cis]heteronormatividade vigente em nossa sociedade (PORTO; FEITOSA, 2017).

Em uma pesquisa³ global sobre diversidade, realizada pela Accenture, 55% das profissionais brasileiras LGBTQIA+ afirmaram que expressar sua identidade de gênero ou orientação sexual no trabalho afeta a evolução de suas carreiras. Mesmo assim, a abertura desse público para ser quem são nas organizações (aqui percebemos um indício de resistência) é maior no Brasil do que na média global: 36% afirmaram ser “muito abertas” com relação a sua identidade, expressão ou orientação, enquanto a média global foi de 31%. Portanto, falar de diversidade e inclusão nesse contexto é essencial numa pesquisa de mestrado na área de Comunicação, especialmente se estamos falando de

³ <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/09/22/profissionais-lgbt-dizem-que-expor-orientacao-sexual-acaba-afetando-a-carreira.ghtml>

uma linha de pesquisa que se preocupa com interfaces e institucionalidades.

Vale destacar que nós (LGBTQIA+) vivenciamos uma luta coletiva em prol dos nossos direitos, reconhecimento e respeito. Questionamos as formas de opressão de gênero, as diferenças no mercado de trabalho, bem como a nossa dignidade em todos os âmbitos sociais. É indispensável que a Teoria e Pesquisa em Comunicação reconheça os estudos feministas de gênero e sexualidade, que questionam a normatividade, ressaltam as indidentidades dissidentes e se preocupam em examinar a dimensão política da vida pessoal.

Desse modo, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** identificar quais são as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão. Para alcançar este objetivo central, contamos com outros **objetivos específicos** que permeiam e a ele se relacionam:

- Compreender como o campo jornalístico está estruturado, para perceber possibilidades de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade no espaço laboral;
- Descrever e analisar as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ no exercício da profissão;
- Levantar a existência de políticas de diversidade e inclusão nas empresas jornalísticas e como elas são fomentadas;
- Refletir sobre os limites e sobre as possibilidades para se alcançar um ambiente jornalístico diverso, crítico à normalidade e sensível às condições humanas.

Depois de fazer esse mapeamento, pensar nos objetivos de pesquisa, inicio a trajetória na busca dos fundamentos teóricos que permitam entender o imperativo da cisheteronormatividade, como o campo jornalístico está estruturado e sobre os espaços de controle marcados por uma normatividade hegemônica. Os principais referenciais para a construção da minha dissertação relacionam-se com transfeminismos, estudos queer, além da sociologia do jornalismo. Desse modo, beberei da fonte do sociólogo Bourdieu (1997), porque se faz importante compreender como o campo jornalístico está estruturado, para entender onde estão as lacunas que as jornalistas LGBTQIA+ podem resistir. Dialogarei com a pesquisadora brasileira, Márcia Veiga (2014), que aponta que o gênero do jornalismo é o masculino e tem se preocupado em pesquisar jornalismo, gênero e interseccionalidades.

Embaso-me nos Estudos de Gênero e nos Estudos Feministas por meio das contribuições de Joan Scott (1995), que ajuda-me a entender o gênero como uma forma primária de constituição de relações sociais de poder e de dominação; Judith Butler (2001; 2003), que compreende o gênero como uma construção pouco coerente e consistente em cada sujeita em virtude dos diferentes contextos históricos. Assim, a autora aponta para o caráter construtivo do gênero, bem como a matriz heterossexual de poder que regula corpos. Butler, bem como Guacira Louro (2001), ajuda a pensar o gênero como performativo e entender o debate sobre [cis]heteronormatividade. As autoras são o ponto de partida para entender a regulação do corpo na sociedade. Logo, em seguida, entram em cena autoras

transfeministas, que problematizam a cisheteronormatividade – como destaco a seguir.

São pilares ainda os Estudos da Sexualidade de Michel Foucault (1999), que contribuem com a discussão sobre os dispositivos da sexualidade e como ela foi e ainda é atravessada por múltiplos discursos de regulação, normatização e do controle, uma vez que instauram verdades sobre os corpos; E os Estudos Transfeministas de Amara Moira (2017), Larissa Lanz (2014), Viviane Vergueiro (2014), que ajudam a pensar o conceito de cisgênero e cisnormatividade para chegar no conceito de cisheteronormatividade – essa matriz de inteligibilidade que enxerga todas as pessoas como cisgênero e heterossexual.

Feitas as colocações iniciais sobre o tema, passo agora a descrever a forma como esta dissertação está organizada. Em um primeiro momento, debato o conceito de cisgênero e cisheteronormatividade. Na fração seguinte do trabalho, aprofundo os aportes teóricos relacionados a gênero, sexualidade e identidades. Na terceira parte do estudo, convido a leitora a colocar as lentes do gênero e observar como o jornalismo está alicerçado na cisheteronormatividade. Em seguida, apresento o caminho metodológico percorrido e o perfil das jornalistas LGBTQIA+ entrevistadas.

Na quarta parte deste texto, realizo o exame do corpus da pesquisa. Começo do pessoal ao profissional. Entendo de que forma as jornalistas são perpassadas pelas questões de gênero e outros marcadores sociais. Depois, aponto que o jornalismo é tão demarcado pela norma social que as jornalistas se autocensuram no mercado. Em seguida, indico onde estão as brechas na profissão e descrevo as marcas de resistência no campo. Por fim, na análise, faço uma reflexão sobre a importância das políticas de inclusão e diversidade nas empresas jornalísticas.

Na quinta e última parte da pesquisa, encontram-se os apontamentos finais, que apresentam as reflexões deixadas pelo estudo da interface jornalismo, cisheteronormatividade e resistência LGBTQIA+.

1.1 O cis da questão

A mãe fica grávida, ansiosa para saber se é menino ou menina. Se o quarto será pintado de azul ou rosa. Compra roupas amarelas, porque usam-se para ambos. O médico anuncia: “É menino!”. As cores das roupas passam a ser azul e, com isso, vem um novo dilema: será torcedor do Bahia ou do Vitória? Ganha uma camisa do time que o pai é torcedor, uma bola de futebol no aniversário e aprende o bate-bola no quintal da sua casa, mas na educação física da escola não se encaixa em nenhum grupo. Na igreja, aprende que a ação do desejo que sente é pecado. Na família, as tias perguntam no Natal: “E as namoradinhas?!”. O menino cresce alimentando o sonho de ter uma esposa, filhos e formar uma família nos moldes tradicionais, até descobrir que é diferente...

Escrevi, certa vez, o excerto acima na tentativa de entender como as instituições sociais agem sobre o meu corpo, o meu jeito de ser e estar no mundo, fazendo-me refletir em qual momento da vida me vi atravessada por questões de gênero e sexualidade. Quando o gênero atravessou você? Quando você se descobriu cis, trans, pessoa não-binária...

Amara Moira Rodovalho, travesti e doutora em crítica literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), afirma que cis e trans são, antes de tudo, metáforas. “Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico” (RODOVALHO, 2017). Desse modo, uma pessoa é dita cisgênero (do latim cis = do mesmo lado) quando ela não cruza a linha, estando sua identidade em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A pessoa cis é aquela que está adequada ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero – aquela que cruza a linha (TRANScende) e apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema (LANZ, 2014).

Entendo que a noção de cisgênero reporta a uma condição sociopolítica sociocorporificada que demarca privilégios – ou seja, estabelece pessoas cuja identidade de gênero é respeitada e legitimada (LANZ, 2014).

Vale ressaltar que, mesmo com a carga de privilégio, essas pessoas são atravessadas pelas questões de gênero constantemente. A existência desse privilégio social se dá porque a sociedade naturaliza a cisgeneridade dos corpos, colocando a transgeneridade e as não binariedades no campo da anormalidade, da falsidade ou das patologias. Por isso, faz-se necessário nomear a norma.

Segundo Vergueiro (2014), a nomeação desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada decolonial no pensamento sobre identidades de gênero. Nomear a cisgeneridade em oposição a outros termos usados anteriormente, como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. A pesquisadora ainda ressalta que o termo cis pode permitir que a gente desloque essa posição naturalizada da hierarquia

superiorizada.

O termo cisgênero tem circulado na internet pelo menos desde 1994, quando apareceu no *alt.transgendered usenet* em um correio enviado por Dana Leland Defosse. Nele, Defosse não define o termo e parece assumir que as leitoras já estão familiarizadas com ele. A cunhagem dessa nomenclatura, segundo ela, deve ser atribuída a Carl Buijs, um homem transexual da Holanda, que o usou em diversas publicações na internet. Buijs afirmou mais tarde, em outro correio, que ‘quanto à origem da palavra, eu apenas o compus e coloquei em uso’ (LANZ, 2014). Mas é raro vermos pessoas se nomeando como cis, porque só se nomeia aquilo que foge à norma.

A norma predominante em nossa sociedade estabelece que o menino, ao nascer, tenha os atributos do universo masculino: seja viril (a mulher é sensível), e, essencialmente cisgênero e heterossexual, bem como afirmar esse binarismo. A sociedade enxerga as relações sexuais e afetivas entre pessoas de sexos distintos e formalizadas por um casamento monogâmico. A família, a escola, a igreja e as demais instituições sociais baseiam as suas convicções dentro deste padrão hegemônico. Por meio de imagens e discursos, elas ditam a maneira "certa" de nos comportar, vestir, com quem devemos nos relacionar, quem não segue esta lógica é visto como anomalia. Este padrão, baseado na heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), é chamado por alguns teóricos, como Berenice Bento (2008), Guacira Louro (2008), Marco Prado e Frederico Machado (2008), de heteronormatividade.

A heteronormatividade regula os corpos, criando um parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, evidenciando como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes, ou seja, ditando o que é certo ou errado, convencionalmente e afetando as relações sociais. Essa regulação desclassifica, gerando discriminação a seres humanos a partir da sua condição sexual e identidade de gênero (LOURO, 2008).

Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, que são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Para a autora, “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p.86). É o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Segundo Butler (2003), o gênero diz respeito à construção social e histórica do ser, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada uma em cada sociedade. O gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado (BUTLER, 2003). Por esta perspectiva conceitual, gênero “perpassa e marca as mais diversas ações sociais, não se restringindo, portanto, à relação corpo biológico-sexo-gênero, antes, abarca e dota de sentido a organização da vida social” (BONETTI, 2011, p. 62). O conceito de gênero passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e estes constituem a identidade das sujeitas (LOURO, 1997).

Para Butler (2003), o sexo também seria uma construção discursiva/cultural (assim como o

gênero) produzida a partir de uma suposta natureza sexuada. Por sua vez, a “identidade é um conceito capaz de expressar uma síntese de uma construção social que está implicada por formas de identificação pessoal e grupal, mas também por formas de atribuição social” (MACHADO; PRADO, 2008, p. 17). Desse modo, as identidades sexuais se constituem por meio de formas de como as sujeitas vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as.

Por outro lado, as sujeitas também se identificam, social e historicamente, como masculinas ou femininas [não-binárias] e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 2008). O corpo, no dizer de Louro (2008), serve de ancoragem para estas identidades. E há aquelas que ousam romper o limite que ultrapassa as fronteiras de gênero e sexualidade, tornando-se resistência.

Em “A História da Sexualidade: a vontade de saber”, Foucault (1999) destaca que os saberes sobre as sexualidades são produzidos discursivamente e contribuem para a manutenção de relações de poder. Em seguida, ele anuncia a célebre tese de que “ali onde há poder, há resistência” (1999, p. 125). Resistência, aqui, é entendida como a assimilação das brechas nas relações de poder que poderiam levar adiante as lutas transformadoras, rompendo as barreiras da [cis]heteronormatividade – esse lugar que determina a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, que supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher) (BENTO, 2008).

Portanto, para continuidade desse diálogo, proponho a ampliação da noção de heteronormatividade com uso do prefixo cis (cisheteronormatividade) referente a identificação cisgênero. Por que é tão importante, nesse momento, destacar o termo “cis” e não falar apenas em heteronormatividade? Porque a heterossexualidade é representada também por pessoas trans. Assim, o prefixo cis está ligado ao gênero e a heteronormatividade à sexualidade. Vale ressaltar que quando cito relações de poder e penso nas resistências, não só o gênero delimita quem deterá o privilégio em nossa sociedade, mas também outros marcadores sociais, como a raça, a classe, a sexualidade, deficiência. Sendo assim, é necessário amplificar a análise sócio-histórica de gênero sob uma ótica interseccional.

O conceito de interseccionalidade, tão caro ao feminismo negro, foi cunhado pela ativista e pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), para quem:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Estudar as marcas de resistência forjadas por jornalistas LGBTQIA+, pretas, nordestinas, deficientes e outros grupos sociais, que são colocados em patamar de subalternidade na sociedade, é um modo de valorizar uma “análise de baixo para cima” (CRENSHAW, 2002, p.182).

Nesta pesquisa, usaremos o termo identidades dissidentes para se referir àquelas cuja identificação foge ao padrão da cisgeneridade (se identificar com o gênero atribuído no nascimento) e a heterossexualidade (se relacionar afetivamente/sentir atraído/a por pessoas do gênero oposto). Entendo que as identidades são fluidas, construídas nas práticas sociais, no encontro com o Outro, em que o discurso possui um papel central. Desse modo, o gênero, assim como a raça e outros traços identitários, são construções discursivas (BUTLER, 2002).

1.2 A Cisheteronormatividade

Guacira Louro (2008) afirma que somos “viajantes pós-modernos”, e, como viajantes, temos uma trajetória a ser seguida. Trazendo esta metáfora para o campo do gênero e da sexualidade, pode-se dizer que a “sujeita-viajante”, ao nascer, tem um caminho traçado. A cultura, ao qual estamos imersos, afirma que esse caminho é o da cisheterossexualidade. Todavia, para algumas a bússola aponta para outra direção. Estas fogem da rota fixada, se aventuram por outros caminhos e experimentam o inesperado. “Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada” (LOURO, 2008, p.17). O corpo, segundo Louro (2008), dentro do processo cultural, é ensinado, disciplinado, medido, avaliado, examinado, aprovado (ou não), categorizado, magoado, coagido, consentido, dentro da lógica [cis]heteronormativa. Contudo, ainda que sejam tomadas todas as precauções, há quem transgride os arranjos e subverte a cisheteronormatividade.

A família, a igreja, a escola, o jornalismo, entre outras instituições sociais, não são espaços apenas de circulação de corpos. Todas essas instituições se estruturam como espaços de (re)produção de discursos biológicos, religiosos e políticos que determinam padrões a serem seguidos por toda sociedade. São, como identifica Teresa De Lauretis, “tecnologias de gênero” (1987). A naturalização de uma cisheterossexualidade imposta pela nossa cultura descarta quaisquer que sejam outras identidades, assim, demarca as subjetividades para que sejam sempre cisgêneras e heterossexuais, estigmatizando quem subverte a norma hegemônica.

A sociedade impõe o caminho, porém as LGBTQIA+ trilham um outro percurso, tornando-se estrangeiras em terra de cisheteronormatividade. “Se tornarão, então, alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (LOURO, 2008, p.16).

Sendo assim, com base na ideia de heteronormatividade que vimos anteriormente, pode-se

caracterizar a cisheteronormatividade como um conjunto de normas e sanções, que pressupõe que o gênero e a sexualidade são dados naturalmente: você nasce cisgênero e heterossexual. Foi necessário trazer o prefixo “cis” para compor o termo “heteronormatividade” porque ao se tratar de toda comunidade LGBTQIA+, as construções das suas identidades, tanto de gênero, quanto sexual, diferem-se e representam opressões diferentes.

A cisheteronormatividade dita os parâmetros de normalidade e verdade do gênero e sexualidade: negação à legitimidade das identidades trans (chamar uma mulher trans ou travesti de homem; usar a biologia para desqualificar as identidades); incompreensão e/ou desqualificação da sexualidade de pessoas LGBTQIA+ (crença de que uma mulher trans é um homem gay afeminado; que pessoas bissexuais são indecisas); negar o acesso a espaços segregados por gênero (expulsar uma travesti do banheiro feminino; pontuar critérios normativos para o reconhecimento de identidades transgêneros, como exigir laudos ou cirurgias de transgenitalização para retificar a documentação, legitimar a transgeneridade de alguém a partir da sua passabilidade⁴ de gênero, sua proximidade da cisgeneridade); discriminação (rejeição familiar, expulsão escolar, negação ou sanções no mercado de trabalho, falta de acesso a serviços básicos de saúde), entre outras formas de colocar quem foge à normatividade em patamar de subalternidade.

O imperativo cisheterossexual concebe uma regulação de coerência entre sexo-corpo-desejo, bem como estabelece a noção de que o gênero é uma assimilação de significados sobre diferenças sexuais biologicamente dadas: “mulher biológica”, “homem de verdade”, “gente normal”. A identidade humana não é fixa, e deveria ser pensada em sua pluralidade. Contudo, como vimos, há corpos que pesam, que importam socialmente, e outros que não, que são abjetos, já que não obedecem a norma vigente (BUTLER, 2003). Para Louro (2008), essas pessoas desobedientes podem ser consideradas, em alguma medida, queer por serem questionadoras, por não aspirarem o centro, por serem transgressoras, ambíguas. Por possuírem um corpo que produz uma verdadeira reviravolta, que convida a pensar o discurso hegemônico que foi construído em torno da sexualidade. Para além disso, este corpo rompe as normas regulatórias de sexo [e gênero] (LOURO, 2008).

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, aquela que não aspira o centro, o que é raro, extraordinário. É a sujeita da sexualidade desviante (LOURO, 2001). “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58). A ideia das teóricas queer é dar um novo significado ao termo, o qual passa ser entendido como uma prática de vida que se coloca contra as normas regulatórias. Com toda sua carga de estranheza e de deboche, segundo Louro (2001), o termo queer é assumido por uma vertente do movimento LGBTQIA+ para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para o movimento e para as estudiosas dessa teoria, queer significa colocar-se contra a normatividade

⁴ Quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis.

– venha ela de onde vier. O alvo maior de oposição é a cisheteronormatividade hegemônica da sociedade.

Dentro dos estudos queer, e inspirando-se na linguística, Butler desenvolveu a teoria da performatividade. “O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (BUTLER, 2002, p. 64). De acordo com autora, “(...) esses atos, gestos e atuações (...) são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003, p.194). A [cis] heteronormatividade tem, portanto, um caráter performativo, isto é, tem um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeia e, sendo assim, repete e reitera, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (LOURO, 2001).

O sociólogo e antropólogo francês, Marcel Mauss (2003), ressalta que é por meio da imitação que as pessoas, em cada contexto cultural, constroem seus corpos e comportamentos. Segundo ele, os hábitos e valores que constituem a cultura de um povo também se referem ao corpo. Sendo assim, há uma construção cultural do corpo também. A performatividade que é aceita dentro da sociedade está na repetição de gestos baseados neste padrão hegemônico. Aquelas que fogem desta performatividade normalizadora são vistas como sujeitas queers, pois resistem à cisheteronormatividade. “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p.546).

A teoria queer problematiza a cisheteronormatividade, deixando evidente que não há só uma forma de vivenciar gênero e sexualidade. A cisheteronormatividade não nega a identidade queer, mas a coloca em um patamar de subalternidade. Vicente Darde (2012) ressalta que para a teoria queer, enquanto a [cis]heterossexualidade não for problematizada como uma norma imposta, como uma construção, a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não irão acabar. E esta normatividade deve ser questionada não só na sociedade, mas em campos institucionais específicos, como é o caso do jornalismo.

A seguir me detenho em como a identidade profissional é formada e como a cultura jornalística está alicerçada em atributos masculinistas e na cisheteronormatividade.

2. IDENTIDADE PROFISSIONAL E CULTURA JORNALÍSTICA

Entre um gole de café e outro, um acontecimento. Sugere a pauta, apura as informações e convive com o deadline. Conhece como ninguém a “pirâmide invertida”, tecida nas linhas do lead. Passa horas à espera de uma fonte – tanto presencial, quanto on-line. Vive o inesperado ao virar à esquina. Resiste a correria da rua para a redação. Senta em frente ao computador: digita, edita, posta. Trabalha aos finais de semana e não tem folga no feriado, e até mesmo, cobre um acontecimento no restaurante em que está jantando. Como poetisa Gabriel García Márquez (1997, online⁵): “Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são”. Não sabe, de verdade, o que é a profissão de jornalista.

Este capítulo não poderia começar diferente. Há amor e entrega pela profissão nessas linhas escritas, alimentando o romantismo pelo jornalismo. Dizem que o amor é cego. Então, a partir daqui, convido você a colocar a lente do gênero e perceber o quanto a profissão está alicerçada nos atributos masculinistas e na cisheteronormatividade.

O jornalismo ganhou força nas sociedades ocidentais, durante o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, simultaneamente, com o surgimento da industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como “*mass media*”. O jornalismo tornou-se um negócio e as notícias tornaram-se um serviço; com isso, as jornalistas ficaram empenhadas num processo de profissionalização que procurava maior autonomia (TRAQUINA, 2005). A partir desse processo de profissionalização da atividade, a jornalista é revestida por um conjunto de valores e representações sobre seu ideal profissional, que dão sentido e orientam o seu papel na sociedade, além de permitir a elaboração de uma identidade (OLIVEIRA, 2005). Conforme Traquina (2005), jornalistas foram capazes de criar uma forte identidade profissional, isto é, uma resposta clara à pergunta “o que é ser jornalista?”.

Ao construir uma identidade, o jornalismo permite que a “tribo” (TRAQUINA, 2005) tenha um referencial e se diferencie de outras profissões. A identidade jornalística parte de uma cultura profissional repleta de crenças, símbolos, mitos e representações. Uma cultura que ganhou um caráter mitológico dentro e fora do jornalismo e é carregada de ideologias justificáveis em que é evidenciada uma identidade profissional, ou seja, um ethos, uma definição da maneira como se deve ser jornalista e estar no jornalismo (TRAQUINA, 2005).

Desse modo, no decorrer do tempo, a profissionalização da atividade levou à consolidação da cultura profissional no campo jornalístico. Esta cultura é criada pela interação dos agentes de uma

⁵ <https://www.estadao.com.br/brasil/em-foca/o-tal-do-cliche/>

determinada comunidade ou “tribo”, que passam a compartilhar um sistema de representações, valores, normas e costumes que dão sentido à sua experiência de trabalho (OLIVEIRA, 2005; TRAQUINA, 2005). “A existência de uma cultura profissional é o atributo mais importante, e, neste ponto, o jornalismo tem uma das culturas mais ricas, se não a mais rica” (TRAQUINA, 2005, p. 35).

A cultura jornalística tem suas expressões cruciais: seu modo de viver o tempo, sua maneira própria de agir, de falar e de ver o mundo (TRAQUINA, 2005). Para o autor, as jornalistas são pessoas de “ação”, pois o jornalismo é uma atividade prática, influenciada pelo fator tempo. Todavia, a jornalista não pode ser vítima, mas conquistadora do tempo, precisa vencê-lo, ser ágil ao fazer a notícia. Porém, ser jornalista não é só saber escrever a notícia, mas possuir “uma perspicácia profissional, “uma perspicácia noticiosa”, como é dito na gíria da “tribo jornalística”, é preciso ter “faro para a notícia”.

Este faro jornalístico está ligado ao vocabulário de precedentes das jornalistas, o qual é composto por três tipos de saberes profissionais: o saber de reconhecimento, de procedimento e de narração (TRAQUINA, 2005). Conforme o autor, “o saber de reconhecimento” consiste na capacidade que a jornalista tem de identificar quais acontecimentos que possuem valor para ser notícia, ou seja, da assimilação dos valores-notícia e da noticiabilidade. Depois de reconhecer os acontecimentos, atribuindo valor-notícia, a jornalista mobiliza o “saber de procedimento”, que são as atitudes tomadas para a elaboração da notícia. Como verificar os fatos? Qual fonte consultar? quais perguntas fazer? Como lidar com as fontes? Como compreender certas respostas? Este saber está ligado a apuração e o enquadramento dado a notícia (TRAQUINA, 2005). Por último, segundo Traquina (2005), temos o “saber de narração” que é a capacidade de mobilizar a linguagem jornalística, trata-se de compilar todas as informações e colocá-la numa narrativa noticiosa. Integram a este saber, a linguagem jornalística, as normas de redação, a estrutura da notícia, as técnicas do lead e pirâmide invertida.

A jornalista também tem sua maneira de falar, pois o jornalismo é uma prática discursiva. E uma das características deste falar jornalístico, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível (TRAQUINA, 2005). A jornalista escreve e fala para um público heterogêneo dentro da sociedade e para atingir o objetivo de informar e se fazer compreender, a linguagem jornalística deve possuir algumas características: frases e parágrafos curtos; palavras simples; concisão; uma sintaxe direta e econômica; usar metáfora para ajudar no entendimento do fato (TRAQUINA, 2005). Para além de ser compreensível, Traquina (2005) ressalta que o discurso jornalístico deve provocar o desejo de ser lido, visto e ouvido. A maneira de falar está ligada ao saber de narração (idem).

Em consonância disso, a jornalista possui a sua maneira de ver o mundo. Ao olhar o acontecimento, com base nos valores-notícia, a jornalista faz a seleção dos acontecimentos, para depois construir a notícia. Dessa forma, os valores-notícia servem como “óculos” para a jornalista

ver o mundo e também construí-lo, uma vez que, os valores-notícia são elementos básicos da cultura jornalística (TRAQUINA, 2005). A maneira de ver o mundo está intimamente relacionada ao saber de reconhecimento e ao saber de narração, porque envolve a seleção dos acontecimentos e a construção da notícia (idem).

2.1 A mitologia jornalística sob à ótica do gênero

A cultura jornalística expressa suas prescrições por meio dos critérios de noticiabilidade, que orientam o processo de produção das notícias e de sua rotina produtiva. Mas vale ressaltar que a cultura jornalística é também rica em mitos, símbolos e representações sociais. Sendo assim, “toda a profissão é sobrecarregada de imagens, mas talvez outra não seja tão rodeada de mitos como a do jornalismo” (TRAQUINA, 2001, p. 65). A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de “cão de guarda” que protegem as cidadãs contra os abusos do poder, no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático (UNGARO, 1992 apud TRAQUINA, 2005, p. 51).

Com o desenvolvimento do “direito à informação” como princípio em uma democracia, a jornalista foi reconhecida como sendo agente social que tem como missão “informar o público”. Com essa legitimidade social, a jornalista é apresentada como guardião da democracia (TRAQUINA, 2005). Desse modo, no exercício da profissão, a jornalista exerce o papel de representante da sociedade, servidora do público, porta-voz da opinião pública, aquela que tem um constante compromisso com o “outro” (OLIVEIRA, 2005). Traquina (2005) citando Ruellan (1997) argumenta que existe um reconhecimento coletivo das responsabilidades das jornalistas no espaço público, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático, responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos (TRAQUINA, 2005, p.35).

Nessa imagem que destaca o grau de responsabilidade social da profissão e se configura numa aura missionária, o público seria absolutamente priorizado em relação aos interesses particulares das jornalistas. Ou seja, a jornalista não teria interesse de outros ganhos que não estivessem relacionados ao seu compromisso com a verdade e o interesse geral (OLIVEIRA, 2005). Desse modo, segundo Traquina (2005), jornalista é representado como o “cão de guarda” da sociedade – o guardião da democracia (no masculino mesmo) e aliado dos cidadãos na luta contra o poder arbitrário. Nesse sentido, Traquina ressalta: “o poder do mítico tem envolvido a profissão de jornalismo de tal maneira que, muitas vezes, os jornalistas são apresentados como os Davides da sociedade matando os Golias

– uma forma não menos poética de conceber o jornalismo como um contrapoder” (TRAQUINA, 2001, p. 65).

Segundo Traquina (2005), a cultura profissional faz das jornalistas uma comunidade de crentes que tem como objeto de culto a sua própria profissão. Pois, a profissão de jornalista exige sacrifícios pessoais e dedicação total “porque o jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo; é mais que um trabalho porque é uma vida” (TRAQUINA, 2005, p.53). A jornalista trabalha 24 horas por dia, dentro de irregulares horas de trabalho em que deixa de haver distinção entre a vida privada e profissional (TRAQUINA, 2005).

Este compromisso com a profissão traz o encanto de outros mitos que enveredam a cultura profissional; o mito do “scoop” (o “furo”) e o mito da “grande estória” (TRAQUINA, 2005). O autor ressalta que toda jornalista que se preza procura o “furo”. O “furo” é um elemento da cultura jornalística que está ligado à vaidade pessoal, o prazer profissional e o prestígio que pode fazer progredir na carreira. Concomitantemente ao mito do “furo” está o mito da “grande estória”, que para Traquina (2005), é o momento de delírio e glória profissional.

Outro mito que encobre a cultura jornalística é o jornalismo como “aventura”. “A representação do jornalista que mais evoca toda a mitologia jornalística é a figura do repórter” (TRAQUINA, 2005, p.56). O repórter que está no local do acontecimento, é quem presencia o fato, sendo a testemunha ocular da sociedade. E numa dimensão mais mitológica, o jornalista é representado na figura do “grande repórter”, que seria o correspondente estrangeiro ou o correspondente de guerra (TRAQUINA, 2005).

A jornalista como “detetive” é outro mito do nevoeiro da cultura profissional. A jornalista aparece como “detetive” em busca da verdade. A década de 70 foi a grande época do jornalismo de investigação, em grande parte, devido ao caso ‘Watergate’, o qual deixou marcas que influencia o jornalismo hoje em dia, dentro e fora dos Estados Unidos (TRAQUINA, 2005).

Toda esta mitologia em torno do repórter, do “grande repórter”, da jornalista “detetive”, representa o jornalista como um “caçador” (TRAQUINA, 2005). “O mito do jornalista ‘caçador’ invade toda a sua cultura profissional: o jornalista vai atrás do acontecimento, vai atrás da notícia, fura as aparências, revela a verdade, caça a presa” (TRAQUINA, 2005, p.58). Todavia, vários estudos na área de jornalismo demonstraram o grande peso das rotinas de trabalho, e, com as rotinas, o importante desenvolvimento de relações com as fontes de informação (TRAQUINA, 2005).

Outra imagem que foi reforçada na cultura profissional é o jornalista como herói. Sobre a crosta de cinismo e de um ar de indiferença, a cultura jornalística coloca a profissão de jornalista num pedestal como a melhor profissão e o jornalista num lugar reservados aos heróis, não-assumidos, com certeza, como o herói deve ser, mas para todos os efeitos o herói (TRAQUINA, 2005, p.58).

A própria sociedade alimenta a figura do jornalista como “herói”, pois cobra do profissional

uma função que transcende as fronteiras do jornalismo e esbarra também no papel da polícia, do poder público, dos tribunais de justiça (OLIVEIRA, 2005). A ficção também mantém esta imagem, fato é que Clark Kent, o *superman* tem o jornalismo como profissão. “De fato, há relatos e relatos de repórteres que ganharam visibilidade ao colocar em risco à própria vida, enfrentando ameaças e privações para viabilizar suas matérias, especialmente os correspondentes de guerra” (OLIVEIRA, 2005, p.49). Sendo assim, no campo jornalístico, ser jornalista é correr risco e receber um convite à uma grande aventura. A profissão que exige dos sujeitos doses de café e de coragem ao exercê-la.

Outra imagem pintada em torno do jornalismo e que atrai muitos jovens à profissão, segundo Traquina (2005), é que “o jornalismo é identificado como o imprevisível; o inesperado poderá acontecer ao virar da esquina” (TRAQUINA, 2005, p.54). Além de guardião da democracia, um nevoeiro de mitos encobre a profissão: o jornalista como “detetive” que procura a verdade; a figura do jornalismo como “grande repórter; “o jornalismo como “aventura”; o mito do “scoop” (o furo) e da “grande estória,” (TRAQUINA, 2005) entre outros que perpetuam o imaginário social. Dessa forma, pode-se afirmar que a cultura profissional do jornalista é entendida como um:

emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que controlam a sua confecção (BARBARINO, 1982, p. 10 apud WOLF, 2005, p. 195).

Espero que você tenha aceitado o convite para colocar as lentes do gênero ao ler essas linhas. Por isso, não me atentei em mudar a sujeita de alguns trechos. Conforme Márcia Veiga, “o viés androcêntrico pode ser percebido também na forja da identidade, nos valores e na cultura profissional como um todo” (VEIGA, p.35, 2018). Segundo a pesquisadora, toda essa mitologia em torno da profissão, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia, o detetive. “A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística” (VEIGA, p.35, 2018). E estes valores podem ser vistos nas relações de poder e na hierarquia no espaço laboral, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos que remetem ao masculino, o que em grande medida favorece os homens – brancos e cisheterossexuais. Em consonância com a cultura da sociedade da qual é parte, o jornalismo possui uma cultura profissional que compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um lugar inferior, de menor poder e prestígio (VEIGA, 2018).

Todo este arsenal é criado dentro da cultura que o jornalismo está inserido. “Tanto o jornalismo se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade, quando esta em relação ao jornalismo” (VEIGA, 2014, p.38). A participação do jornalismo na normatização da sociedade fica

evidente porque a sociedade encontrou no jornalismo um lugar de referência. É em meio a isso que se situa as representações de gênero e a reprodução de uma [cis]heteronormatividade (VEIGA, 2014).

2.2 A cisheteronormatividade no jornalismo

O campo, conforme explica Bourdieu (1997), é um espaço estruturado, com diversas forças e onde há espaços dominantes e dominados, ao mesmo tempo em que é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. O conceito de campo jornalístico se faz importante neste estudo porque permite refletir sobre as práticas sociais como lugares de produção simbólica. Ao tratar especificamente da prática jornalística, o sociólogo descreve uma série de mecanismos inerentes ao funcionamento da profissão, que possui uma autonomia ambígua e uma dupla dependência aos campos político e econômico (BOURDIEU, 1997). O campo jornalístico é, portanto, um microcosmo que possui leis próprias que definem sua posição no mundo global, dependendo das relações de atração ou repulsão que sofre de outros microcosmos (BOURDIEU, 1997).

Vale ressaltar que, segundo Bourdieu, a autonomia de uma jornalista particular não depende, apenas de sua individualidade, mas está vinculada à posição que o jornal ocupa no campo. Assim, diz o autor (1997), a crítica não visa aos indivíduos, mas à compreensão das estruturas de um campo. Por isso se faz importante compreender como o campo jornalístico está estruturado, para entender onde estão as lacunas em que as jornalistas LGBTQIA+ podem resistir.

Em pesquisa⁶ realizada em 2017 (PORTO; FEITOSA), tomamos como base a investigação de Warren Breed (1993) sobre o processo de socialização do jornalista nas redações para compreender o processo de adequação deste profissional autodeclarado gay no exercício da profissão, em um ambiente cuja norma hegemônica é a cisheteronormatividade. No estudo, identificamos algumas sanções que os jornalistas são submetidos na profissão e percebemos que tanto o jornalista gay, quanto o jornalismo, reproduzem o padrão[cis]heteronormativo.

Assim, por analogia, pode-se afirmar que cisheteronormatividade é percebida em diversas ações no exercício da profissão da jornalista, que levam as sujeitas a serem vítimas de sanções não decorrentes de mau desempenho ou comportamento, como por exemplo, receberem menor salário; à exclusão social de festividades da empresa; à retaliação de oportunidades; não assumirem um relacionamento com alguém do mesmo gênero; sofrerem um disciplinamento do próprio corpo por não se encaixarem na norma estabelecida socialmente, além de sofrerem sanções no material jornalístico e em suas pautas de cunho LGBTQIA+ (PORTO; FEITOSA, 2017).

Destaco que se essa pesquisa tivesse sido elaborada com jornalistas lésbicas e pessoas trans e travestis, por exemplo, teríamos outras especificidades que são das vivências dessa população. Porém,

⁶ <https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjor/JPJor2017/paper/view/922>

os achados desse estudo também atravessam esses corpos por serem dissidentes à norma e afirma uma cisgeneridade intrínseca ao jornalismo.

No artigo intitulado “*A última morte de Lourival: a cisgeneridade como metanarrativa sobre os corpos no jornalismo*”, os pesquisadores em Comunicação, Alisson Machado e Marlon Dias (2021) discutem as formas como a cisgeneridade opera nas racionalidades que orientam as práticas jornalísticas. Eles realizam essa reflexão a partir da análise da reportagem televisiva “O segredo de Lourival”, veiculada em 2019 pelo Fantástico (Rede Globo). Segundo os autores, a narrativa parte da compreensão de que Lourival era uma mulher que se passou por homem durante muito tempo, informação que procede principalmente do posicionamento das fontes. Ao fazer o enquadramento de que Lourival era mulher, é ignorada a possibilidade de pensar a transgeneridade como existência legítima dos corpos, recorrendo para isso ao artifício narrativo que a todo momento o coloca sob suspeita (MACHADO; DIAS, 2021).

Uma das perguntas da repórter questiona quem era “de fato” Lourival. Para os pesquisadores, essa questão desloca para uma ontologia do sujeito traiçoeiro que produz um efeito de verdade não sobre as circunstâncias do ocorrido, mas sobre a condição do não reconhecimento da transgeneridade que alicerça a reportagem. A reportagem traz uma série de equívocos que está sob a lente da cisheteronormatividade, “auxiliando no processo de desumanização de Lourival, criminalizando sua história de vida e sustentando a ideia de que ele falsificou sua identidade” (MACHADO; DIAS, p.62, 2021). Sendo assim, conforme os autores, por meio de algumas estratégias, esse corpo passa a ser configurado como falso, criminoso, cujo único imprevisto é o território da abjeção e da miserabilidade simbólica dos corpos. O estudo de Márcia Veiga: “Masculino, o gênero do jornalismo – modos de produção de notícia”, (2014), compreende os processos que envolvem a construção das notícias e a forma como os valores normativos de gênero e sexualidade perpassam as escolhas das jornalistas. Ela parte do seguinte problema: “Quais as concepções de gênero dos jornalistas e de que maneira elas atravessam a produção de notícias e contribuem para reproduzir, manter, re-significar ou transformar padrões sociais normativos de desigualdade através do jornalismo?” (VEIGA, 2014, p.38) . A afirmação de que o jornalismo tem um gênero, o masculino, vem acompanhada de que este também tem sexualidade, raça, classe social e geração.

É sabido que no topo da pirâmide da hierarquia social estão os homens cisgêneros, brancos, de classe média/alta, heterossexuais e jovens. Essa hierarquia está intrínseca à prática jornalística em cada escolha como, por exemplo, a dos repórteres para matérias policiais, investigativas (função delegada a homens que contenham toda simbologia de masculinidade), mesmo que as profissionais não tenham consciência disso. Conforme relato da autora, o apresentador do telejornal (programa televisivo em que fez a pesquisa de campo) disse as seguintes palavras: “(...) precisa ter perfil de polícia, porque à noite nos parques o que tem são gays, viciados e traficantes” (VEIGA, 2014, p.199). São

valores que fazem parte da nossa cultura e são compartilhados e reafirmados no jornalismo. “Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão [cis]heteronormativo” (VEIGA, 2014, p. 102-103).

Percebe-se, assim, que a identidade profissional condiz com a identidade hegemônica, pois a jornalista é parte da sociedade em que está inserida, partilhando com esta, visões de mundo que a ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo ou errado. A jornalista defende, implicitamente, as normas e valores da sociedade (VEIGA, 2014). Nesta perspectiva, Louro afirma:

As diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, [jornalismo] etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "generificados" – produzem-se, ou "engendram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

A participação do jornalismo na normatização da sociedade fica evidente porque a sociedade encontrou no jornalismo um lugar de referência. É em meio a isso que se situa as representações de gênero e a reprodução de uma[cis] heteronormatividade (VEIGA, 2014). Dessa forma, vale ressaltar que, o jornalismo possui o gênero masculino e sua identidade é heterossexual. A constatação de que o jornalismo tem este gênero está apoiada em Veiga (2014) e de que possui a identidade heterossexual está amparada na pesquisa aqui relatada (PORTO; FEITOSA, 2017), que permitiu o reconhecimento de que o mesmo é perpassado por valores hegemônicos.

Ariel que é uma das jornalistas entrevistadas para esta pesquisa relata o quanto a empresa jornalística que ela trabalhou reproduzia a cisheteronormatividade. Para ilustrarmos a sua fala destacamos um pequeno trecho do nosso diálogo, que poderá ser conferido melhor nos capítulos a seguir.

No início da pandemia, trabalhamos de home office. A empresa contava com algumas colaboradoras trans. Porém, estas pessoas não conseguiam nem abrir a câmera numa reunião, porque a empresa era extremamente cisnormativa. E muitas vezes estas colegas não eram respeitadas, o seu gênero não era respeitado e algumas vezes elas eram chamadas pelo nome civil em detrimento do nome social (ARIEL).

A cisheteronormatividade perpassa o jornalismo como um todo. Se os produtos finais da prática jornalística, notícia e reportagem são atravessados pela cisheteronormatividade, é porque o espaço laboral também está assolado por essa norma social. Então, como se comportam os corpos dissidentes? Onde estão as brechas no campo jornalístico para que as jornalistas LGBTQIA+ resistam a ela? Não temos pessoas transgêneros nas redações? O masculino é o gênero do jornalismo porque a prática jornalística tem atributos masculinistas. E em meio a isso, onde estão as jornalistas gays,

lésbicas, bissexuais, travestis, e não-binárias? Suas estratégias e resistências são semelhantes? Como ser jornalista LGBTQIA+ em um campo construído a partir da lógica cisheteronormativa?

2.3 O perfil branco e cisheteronormativo das jornalistas no Brasil

Branco, para ninguém se surpreender. Masculino, nem tanto. Cisheteronormativo como esperado. O perfil da jornalista brasileira está longe de manter a equidade de gênero, sexual e de raça. Aqui, para a melhor compreensão dos resultados da pesquisa, foram considerados dois estudos sobre o perfil da jornalista brasileira.

A primeira pesquisa⁷ que apresento é o Perfil do Jornalista Brasileiro, uma construção coletiva liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) e articulada nacionalmente pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Profissão (RETIJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Como resultado desse trabalho colaborativo, 7.029 jornalistas responderam ao questionário entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021.

Os dados do estudo indicam que jornalistas no Brasil ainda são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68,4%), solteiras (53%), com até 40 anos, perfil que mudou pouco em relação ao levantamento realizado em 2012. Ainda assim, é importante ressaltar que essa participação feminina reduziu em seis pontos em comparação ao estudo de 2012 (64%).

No que tange a questão de gênero, quase a totalidade dos respondentes (99,7%) se classifica como feminino (57,8%) ou masculino (41,9%). Além de demonstrar que as jornalistas brasileiras se encontram nas posições mais tradicionais com relação a gênero, as respostas indicam que se mantém o predomínio feminino na profissão. Entre os que se identificaram de outra forma (0,3%), a principal designação foi a de não-binário. O que me chama bastante atenção é não ter nenhum dado de quantos desses jornalistas são LGBTQIA+.

Tabela 1: Com qual gênero você se identifica?

	Frequência	Porcentagem válida
Feminino	1.719	57,8%
Masculino	1.298	41,9%
Outro(s) Qual (is)	9	0,3%
Total	3.100	100%

Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro 2021

⁷ <https://perfildojornalista.ufsc.br/>

No estudo também encontra-se a estimativa da categoria cor/raça. Sendo assim, brancos/as representam 67,8%, pardos/as, 20,6%, pretos/as, 9,3%, amarelos/as – 1,3%. Em relação a funções dos profissionais que atuam na mídia, 37,1% são repórteres e 23,4% atuam como editor/a.

Tabela 2: Como você define a sua cor/raça

	Frequência	Porcentagem válida
Branca	2.013	67,8%
Parda	640	20,6%
Preta	288	9,3%,
Amarela	40	1,3%.
Indígena	12	0,4%
Outra, qual?	17	0,5%
Total	3.100	100%

Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro 2021

Quando se trata de sociodemografia, a maior concentração de jornalistas do Brasil está na região Sudeste, especialmente nos três estados mais populosos (SP, RJ e MG) com 61,5% dos profissionais. O maior percentual continua habitando São Paulo, que conta com 36,5% das jornalistas do Brasil. O estado é seguido por Minas Gerais (11,6%) e Rio de Janeiro (11,1%). Eles são os únicos com percentual de jornalistas na casa dos dois dígitos. Completando o Sudeste, o Espírito Santo concentra 2,4% dos jornalistas brasileiros e é o 9º Estado com maior volume de profissionais. O que justifica termos três participantes desta região na dissertação.

Segundo o relatório, o Distrito Federal reúne o quarto maior contingente de jornalistas, com 5,3%. Proporcionalmente, levando-se em conta a quantidade de pessoas que vivem lá, é um volume bastante significativo, porque o Distrito Federal tem apenas a 20ª população do Brasil. Em seguida, vêm os três estados da região Sul: Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (4%) e Santa Catarina (3,2%).

Apenas dois estados nordestinos, Bahia e Pernambuco, impedem que todas as primeiras posições da questão relacionada ao lugar onde vivem as jornalistas sejam ocupadas por Sudeste, Sul e Distrito Federal. A Bahia tem 3% dos profissionais, ficando na 8ª posição nessa listagem, e Pernambuco, com 2,4%, empata com o Espírito Santo na nona posição. Nos outros estados nordestinos os percentuais variam a partir de 2,1% (Ceará), passando por Paraíba (1,2%), Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe (todos com 1%) até os 0,7% de Alagoas e Piauí. Em termos regionais, no entanto, o Nordeste concentra 13,1% das jornalistas, ficando à frente da região Sul, com 11,6%.

A seguir vem a região Centro-Oeste, com Goiás (1,8%), Mato Grosso do Sul (1,7%), Mato

Grosso (1%); e, por fim, a região Norte, que soma 3% das jornalistas brasileiras, distribuídos por Amazonas (0,9%), Rondônia e Tocantins (0,6%), Acre (0,4%), Roraima (0,3) e Amapá (0,2%).

Em relação à religião, os dados indicam que dos 2.017 respondentes, 57,7% são adeptos de alguma religião, fé ou culto. Por sua vez, 26% expressaram ser agnósticos, enquanto 16,3% responderam ser ateus. Dividindo-se os dados por identidade de gênero (baseada no binarismo: homem/mulher), a questão teve 1.147 respostas válidas das participantes que se identificam com o sexo feminino.

Uma outra pesquisa sobre a qual lanço o olhar é o Perfil Racial da Imprensa⁸ no Brasil. Sob a liderança de J&Cia e do Portal dos Jornalistas, com concepção e coordenação técnica do Instituto Corda – Rede de Projetos e Pesquisas e apoio logístico do I'MAX no contato com as jornalistas, o estudo dividiu-se em três fases e ouviu, via telefone ou questionário, 1.952 profissionais de todo o país, entre os dias 16 de setembro e 31 de outubro de 2021.

Conforme o IBGE, a população brasileira é majoritariamente negra. Segundo os dados do censo de 2010, somados, pretos e pardos atingem 50,94% da população, e, por projeções consolidadas na PNAD/IBGE de 2019, a população negra atingiu a marca de 56,20% da população brasileira total. Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, como identificou o estudo. Apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclararam pretos ou pardos, negros. A grande maioria, 77,60% se autodeclara “branca”. A população amarela (2,10%) e indígena (0,20%) soma menos de 3% do total. Assim como em tantas outras profissões que são majoritariamente exercidas por profissionais com ensino superior, também na atividade jornalística a presença do negro é desproporcional, e bem menor, ao seu peso relativo na população. Esse é, de partida, o primeiro grande indicador do estudo a expressar a desigualdade racial no Brasil e que, também nessa atividade profissional, está presente em grandes dimensões.

⁸ <https://www.jornalistasecia.com.br/edicoes/jornalistasecia1334A.pdf>

Figura 1: Perfil das jornalistas brasileiras por cor/raça

PERFIL DO JORNALISTA DE REDAÇÃO						
COR/RAÇA	REGIÃO					TOTAL
	CO	N	NE	S	SE	
	%	%	%	%	%	%
BRANCA	74,47	71,43	59,52	93,05	77,35	77,60
NEGROS	21,28	25,00	38,89	5,35	20,35	20,10
PARDA	17,02	21,43	23,81	3,74	12,92	13,20
PRETA	4,26	3,57	15,08	1,60	7,43	6,90
AMARELA	4,26	3,57	1,59	1,60	1,95	2,10
INDÍGENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,20
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Base: 1.000 entrevistas

Fonte: Perfil Racial da Imprensa Brasileira 2021, fase2.

Conforme o relatório, ao longo da vida profissional, 57% das entrevistadas identificam marcas de discriminação e, 98%, de maior dificuldade para o desenvolvimento da carreira em relação às brancas.

As ações racistas mais relatadas dizem respeito a aspectos relacionados a preconceito racial em geral, discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial. Para o desenvolvimento da carreira os aspectos mais citados estão relacionados a temas como: cultura geral da empresa privilegia brancos, chefia é sempre branca, discriminação pela aparência e ambiente de trabalho branco.

Para 85% das entrevistadas, jornalistas negras, a perversa combinação de racismo e machismo é presente em suas experiências profissionais. Misoginia e racismo, assédio, identificar a mulher como incapaz ou inapta e discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados.

A pesquisa ainda destaca que a subrepresentação da população negra nas redações jornalísticas é mais intensa na Região Sul e, de outro lado, onde as negras têm mais representatividade é na Região Nordeste, em parte refletindo a distribuição da população negra pelo país.

Apresentado todo referencial teórico e pesquisas de perfis para melhor compreensão dos resultados desta pesquisa, disserto a seguir sobre os caminhos metodológicos que percorro para alcançar os objetivos finais do estudo.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Após traçar os objetivos e o quadro de referência, apresento a metodologia que sustenta a pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que segundo Angrosino (2009, p. 8), “visa abordar o mundo ‘lá fora’ e entender, descrever e às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes”.

Desse modo, para considerar as possibilidades de compreensão sobre as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+, neste estudo, entende-se que é fundamental a adoção de uma metodologia nos moldes antropológicos que ofereça ferramentas capazes de desvendar as perspectivas cisheteronormativas imbricadas no campo jornalístico e de qual forma as profissionais resistem.

A inserção no âmbito jornalístico para acessar às experiências das jornalistas LGBTQIA+ será feita, portanto, inspirada em moldes etnográficos – por meio do diálogo e das anotações no diário de campo. Segundo Angrosino (2009), a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano, suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças, envolvendo a descrição holística de um povo e seu modo de vida. Para o autor, portanto: “(...) etnografia também é um produto de pesquisa. É uma narrativa sobre a comunidade em estudo que evoca a experiência vivida daquela comunidade e que convida o leitor para um vicário encontro com as pessoas (...)” (ANGROSINO, 2009, p. 34).

No artigo *Ensinamentos Antropológicos*, a professora Cláudia Lago ressalta que a “antropologia tem muito a nos ensinar em termos de percepção do Outro” (LAGO, 2014, p.169), além de possuir um arsenal específico sobre as condições plenas de um encontro com o Outro e um repertório reflexivo com questões, dilemas, paradoxos e conflitos inerentes a este confronto/encontro (LAGO, 2014). Conforme Lago, o escopo da antropologia está longe das práticas jornalísticas, “lugar em que o Outro está dado e construído a priori dentro de estereótipos” (2014, p.173). Como a antropologia coloca a necessidade de compreender e acolher o Outro como essência, ainda falta aos jornalistas: descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (salvo raríssimas exceções) (LAGO, 2014, p. 184).

Trazendo o que propõe Lago (2014), para o campo científico, pretendo não somente como pesquisador, mas como jornalista gay, descentralizar o olhar para vivências (LBTQIA+) que fogem a minha e ser afetado nesse encontro com o Outro. A professora nos convida a problematizar o nosso lugar de pesquisadora e/ou jornalista no processo de construção de conhecimento sobre o

jornalismo. E talvez essa pesquisa contribua para construir um jornalismo de dentro para fora, refletindo sobre os limites e as possibilidades para se alcançar um ambiente diverso, crítico à normalidade e sensível às condições humanas.

Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação das próprias jornalistas para perceberem e serem contaminadas por esta necessidade (LAGO, 2014, p. 177). A incorporação do saber antropológico pode auxiliar na tarefa de gestão da alteridade no jornalismo (LAGO, 2014) e é este saber que sustenta este estudo nos caminhos metodológicos. Sendo assim, as sujeitas da pesquisa são jornalistas que se declaram LGBTQIA+, que estejam no exercício da profissão – telejornalismo, radiojornalismo, impresso e digital –, no jornalismo de referência e alternativo, em vários locais, e que tiveram a disponibilidade em colaborar com a pesquisa. O trabalho busca compreender as relações de trabalho dessas profissionais por meio do diálogo, em encontros on-line.

A abordagem das sujeitas foi feita por meio de grupos em redes sociais que reúnem jornalistas, além da rede de contatos da pesquisadora. Assim, o caminho metodológico configura-se:

1) Diálogo com as jornalistas LGBTQIA+:

Foram alvo do diálogo as questões sobre escolha da profissão, trajetória profissional, rotina de trabalho, bem como a aceitação e superação das fronteiras sexuais e de gênero e outros marcadores sociais.

Foi fundamental ainda navegar em torno dos seus conhecimentos sobre a política de diversidade e inclusão da empresa e como esta é fomentada. As participantes da pesquisa agendaram uma data e horário entre março e maio de 2023. Os diálogos, que tiveram duração em média de 60 minutos, foram realizados on-line na plataforma *StreamYard* e gravados em vídeo.

2) Diário de Campo:

Os passos e pistas, as experiências, as possibilidades ou impossibilidades de contato, todas as ações foram transformadas em um diário de campo, essencial neste tipo de perspectiva metodológica (LAGO, 2007). Fiz anotações do posicionamento das jornalistas LGBTQIA+ em suas redes sociais. O intuito foi perceber como elas usam suas plataformas para fugir da cisheteronormatividade, construindo narrativas de alteridade, respeito e acolhimento.

Os relatos e uma primeira análise do material bruto busca identificar os assuntos relevantes para a pesquisa, que foram separados em grupos temáticos. Vale ressaltar, ainda, que opto por usar nome fictício para garantir o sigilo da fonte. Tudo aquilo que puder de alguma maneira identificá-las foi substituído. Informações essenciais à análise foram preservadas.

Por fim, destaco que as opções metodológicas implicam sempre questões de ordem interna

e externa, que atravessam não somente questões epistemológicas, teóricas e técnicas, como o contexto institucional e social da pesquisa (LOPES, 2014). Desse modo, levei em consideração o contexto pandêmico e tive que repensar novas estratégias metodológicas para melhor sustentar a pesquisa. No início, o meu projeto pensava em fazer um estudo etnográfico e acompanhar a rotina de jornalistas da capital paulista, mas as redações foram modificadas pelo contexto de pandemia. Além disso, precisava descentralizar o meu olhar e trazer a minha reflexão para os outros cantos do Brasil. Nesse sentido, a seguir, apresento a vocês o perfil das minhas entrevistadas.

3.1 O perfil das entrevistadas

Participam dessa pesquisa nove jornalistas LGBTQIA+, com idade entre 22 e 37 anos, representantes de todas as regiões brasileiras e Distrito Federal.

Jéssica é sapatão, como costuma falar, é natural de Santa Catarina, mas exerce a profissão em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Graduou-se em jornalismo numa Universidade Federal no mesmo estado em que trabalha. Está inserida no jornalismo alternativo, com pautas do esporte feminino, numa rádio local.

João é bixa preta afeminada, nasceu em Minas Gerais, mas atualmente trabalha com jornalismo digital no segmento político em Brasília. Coincidência ou não, também, se graduou numa Universidade Federal no sul do país.

Lucas é gay, carioca de nascença, e exerce a função de repórter numa emissora brasileira de televisão. Atualmente, ele mora em Brasília com o seu marido. Fez a sua graduação em uma Universidade Federal no sudeste do país.

Victor vem do centro-oeste, da cidade de Cuiabá, no Mato Grosso. Ele é gay e quebra estereótipos de gênero com suas roupas e unhas pintadas. Graduou-se numa Universidade pública do mesmo estado em que nasceu. Faz coberturas para o jornalismo digital – site e redes sociais.

De Santarém, no Pará, Fernanda é a nossa representante do norte. Bissexual, preta e quilombola, está na graduação e trabalha com jornalismo alternativo. É a responsável pela editoria de gênero e sexualidade e busca trabalhar com os movimentos sociais da cidade.

É ela! Jornalista de moda, com passagens por revistas e grandes portais desse segmento, a paranaense Liz é mulher trans e exerce a profissão na capital paulista. Graduou-se em Direito, numa universidade pública no Paraná, mas especializou-se em jornalismo de moda.

Do bairro da Cachoeirinha, na zona norte de São Paulo, vem Breno. Homem trans, apresentador, repórter e roteirista. Fruto das políticas públicas, graduou-se em jornalismo numa universidade privada na capital paulista. Começou a carreira no jornalismo alternativo e se tornou um grande ativista na causa de pessoas transmasculinas com forte presença nas redes sociais.

Bicha de nascença e jornalista por escolha, esta quem vos fala vem da maravilhosa Bahia. Ilton é assessora de imprensa, analista de comunicação e pesquisadora, por aqui é de tudo um “Porto”. Graduada pela Universidade Federal do Pampa no Rio Grande do Sul, começou sua carreira em São Paulo. Atualmente é membro do grupo de pesquisa AlterGen – Alteridade, Subjetividades, Estudos de Gênero e Performances nas Comunicações e Artes, e exerce a profissão em sua cidade natal.

Quadro 1: Descrição do perfil das entrevistadas

Jornalistas	Identidades dissidentes	Região do país	Raça/etnia	Idade	Religião	Deficiência
Jéssica	Lésbica	Sul	Branca	29 anos	Não possui	Não possui
Ilton	Gay	Nordeste	Branco	33 anos	Não possui	Não possui
João	Gay	Distrito Federal	Preto	23 anos	Não possui	Não possui
Lucas	Gay	Distrito Federal	Branco	31 anos	Não possui	Não possui
Victor	Gay	Centro-Oeste	Indígena	27 anos	Não possui	Não possui
Fernanda	Bissexual	Norte	Preta	22 anos	Não possui	Não possui
Liz	Mulher Trans	Sudeste	Amarela	36 anos	Não possui	Não possui
Breno	Homem Trans	Sudeste	Branco	31 anos	Não possui	Não possui
Ariel	Queer	Sudeste	Parda	37 anos	Umbandista	Sim

No próximo capítulo você confere as experiências dessas jornalistas e a análise propriamente dita. Vem que o close é certo!

4. COM A PALAVRA, AS JORNALISTAS LGBTQIA+

Este capítulo é um convite a uma viagem ao mundo Queer, iniciando uma trajetória que não aspira o centro (LOURO, 2008), um modo de pensamento que desafia a normatividade, que perturba e problematiza. Uma viagem por um caminho, talvez, desviante, mas que não possui atalhos. Você conhecerá nesta viagem nove jornalistas, que dividirão conosco as suas experiências profissionais e como suas identidades de gênero e outros marcadores os atravessam e quais são as marcas de resistência para driblar a cisheteronormatividade na profissão. Nesta rota, na nossa primeira parada entenderemos como as interlocutoras são perpassadas pelas questões de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais; em seguida disserto sobre a autocensura como expressão da cisheteronormatividade; depois aponto quais são as ações de resistência no campo e, por fim, passaremos a entender a importância das políticas de diversidade e inclusão nas empresas jornalísticas, apontando para um jornalismo mais afeito à alteridade e às condições humanas.

4.1 Como e quando o gênero e outros marcadores me atravessam

O ano é 2007. Eu era membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Fui diretor de Comunicação, Diácono e Capelão dos Desbravadores. Ou seja, um rapaz de 17 anos que era visto por aquela congregação como um exemplo a seguir.

A verdade é que eu sempre me senti diferente dos outros rapazes, mas passei boa parte da minha vida mentido para mim. Era uma sexta-feira à noite, do mesmo ano, quando encontro-me aos prantos na beira da minha cama. Foi o momento que falei em voz alta: “Sou gay! Pode mentir para todo mundo, menos para você”. Aquela frase ecoou na minha mente como um soco no estômago. De joelhos, em oração, peço a Deus para tirar “isso” de mim. “Como vou conviver com esse fato a vida toda? Eu não quero ser assim!” Era a pergunta que eu procurava resposta a partir dali. Sentia-me pecador e anormal (no sentido ruim da palavra).

Meu celular toca, eu seguro o choro e atendo. Era uma irmã da igreja que me convidava para substituir o pregador que faria o culto da manhã seguinte. Eu aceitei o convite, mesmo sentindo que de alguma forma aquilo era errado. Como um garoto gay subiria ao púlpito para pregar a palavra do Senhor? Naquela manhã, eu preguei sobre a minha homossexualidade sem a igreja perceber que este era o tema. Eu estava disposto a ser honesto comigo. E aquele sermão foi o último que eu preguei.

Fiquei no armário por mais quatro anos. E só saí dele porque eu fui tirado (ninguém tem o direito de tirar o outro do armário. Cada pessoa tem seu tempo). Para Prado e Machado (2008), o que torna o “sair do armário” um processo implicado por sofrimentos, é a obrigação, na maioria das vezes, da busca por outros lugares de sociabilidade, de trabalho e identificação. O processo de

“sair do armário” não consiste em dizer ao mundo que se é gay, mas viver de maneira natural tal como todos os fazem. Por que devemos confessar a nossa sexualidade? Alguma pessoa cisheterossexual confessa para alguém a sua identidade/sexualidade?

Infelizmente, saí de casa pelo fato de ser quem sou e encontrei nos estudos a solução para mudar de vida. Sabe aquele discurso da compensação que as pessoas LGBTQIA+ vivenciam? “É gay, mas é jornalista!”. “É sapatão, mas é a analista da empresa!”, “É travesti, mas estuda na Federal!”. Apeguei-me a isso como artifício de sobrevivência e da busca por aceitação. Anos depois fui acolhido por minha família – hoje, todas as pessoas estão domesticadas.

Ingressei na faculdade de jornalismo, numa cidade que eu não conhecia ninguém. Era a bicha baiana em terras gáuchas. Esse era o momento de ser quem sou: a bicha da Comunicação, a pesquisadora de Gênero, a engajada dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e pessoas pretas e o terror dos conservadores (como fui apelidada na graduação).

Tenho a minha primeira experiência de amor. Comecei a namorar um estudante de publicidade. Meses depois, recebo uma carta do pastor da minha igreja – que foi informado sobre o meu relacionamento. Sim, eu fui expulso da igreja por ser um homem gay. Todavia, eu já tinha desconstruído a imagem que pintaram de um deus para ter a liberdade de ser quem sou. Parafraseando a Frida Kahlo, onde não puderes ser quem és, não te demores!

As questões de gênero e sexualidade atravessaram-me desde o momento que ganhei um macacão rosa da minha tia, passando pela fase de sentar com as pernas cruzadas e ser censurado por um adulto da família, até o cuidado com os meus trejeitos no mercado de trabalho.

A minha história cruza-se com a da Fernanda, mulher negra, cis e bissexual, jornalista de 22 anos, que atua no norte do país.

Essas questões apareceram para mim na minha adolescência, né? Que ali iniciou aquele processo de você sair do seu mundinho fechado e começar a ver outras coisas. Quando você entra no colégio, começa a fazer parte de movimentos e conhecer mais pessoas com culturas diferentes. Observar a diversidade. E aí eu tive que aprender a lidar com isso, porque sou de família cristã e tradicional. Minha família é Adventista e isso fez com que fosse mais complicado entender o que acontecia comigo e me aceitar, de fato (FERNANDA).

A família, a escola, a igreja e as demais instituições sociais baseiam as suas convicções dentro do padrão cisheteronormativo. Por meio de imagens e discursos, as instituições ditam a maneira "certa" de nos comportar, vestir, com quem se deve relacionar e todas as pessoas que não seguem a esta lógica estão sujeitas aos constrangimentos, preconceitos e punições. A partir do diálogo com Fernanda e do referencial teórico (Butler, 2003; Louro, 2008) usado nesta pesquisa, e nos estudos de Foucault (2001), percebo que a família é a primeira instituição que cisheteronormatiza a pessoa. “O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc” (FOUCAULT, 2001, p.72). Dessa maneira, Fernanda usa do seu corpo como uma ancoragem da

heterossexualidade porque desde cedo lhe foi imposto o padrão cisheteronormativo. Ela se encaixa dentro da norma regulatória para se legitimar como sujeita dentro da sociedade (LOURO, 2008).

Então, foram anos dentro desse processo de aceitação. Um processo que veio desde os meus 14 anos. Aos 18 anos, comecei a me entender dentro da comunidade LGBTQIA+. Olhei para mim e disse: Eu sou assim, vou me conhecer melhor e entender o que se passa comigo (FERNANDA).

Os papéis de gênero são bem delineados na sociedade e qualquer pessoa que ousa fugir à rota é colocada num patamar de subalternidade, vivenciando o preconceito. Afinal, todas as instituições sociais se estruturam como espaços de (re)produção de discursos biológicos, religiosos e políticos que determinam padrões a serem seguidos por todas as sujeitas.

Sofri bastante preconceito quando eu comecei a estudar, e olha que eu nem era assumida na época. Acho que o fato de eu não me vestir como as outras meninas, de eu não usar uma roupa mais coladinha, eu gostar de roupas mais largas, de jogar futebol. Sofri violência verbal por um grupo na escola e fizeram chacota de mim (FERNANDA).

Fernanda foge dos padrões de feminilidade afastando-se de uma performance cisheteronormativa. Quanto mais longe você estiver, dessa normal social, mais retaliações sofrerá.

Jéssica nasceu no interior de Santa Catarina e vem de uma comunidade católica sem abertura à diversidade, como diz em nosso diálogo. Ela é uma mulher branca, cis e lésbica de 30 anos. Atualmente, atua como analista de marketing (trabalho CLT) e jornalista em um podcast elaborado por mulheres no interior do Rio Grande do Sul.

Eu entrei na faculdade de jornalismo com 16 anos e todas essas questões já me atravessavam. Eu convivi durante anos com aquele sentimento de culpa. Colocava em minha mente que eu não era assim, que isso iria passar e caso isso fosse verdade, a única solução era tirar minha vida (JÉSSICA).

As pessoas LGBTQIA+ tendem a passar pela fase da negação. Essa confusão de identidade se dá porque a cisheteronormatividade é apontada como o único caminho. Guacira Louro (2008) afirma que somos “viajantes pós-modernos”, e, como viajantes, temos uma trajetória a ser seguida. Trazendo esta metáfora para este estudo, pode-se dizer que a sujeita-viajante, ao nascer, tem um caminho traçado. A cultura, ao qual ela está imersa, afirma que o único caminho a ser seguido é o da cisheterossexualidade. Todavia, há aquelas que a bússola aponta para outra direção. Estas fogem da rota fixada, se aventuram por outros caminhos e experimentam o inesperado. “Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada” (LOURO, 2008, p.17).

Outra pessoa que foge da rota fixada é Victor, que se identifica como homem cis gay, indígena, de 23 anos. Exerce a profissão no centro-oeste do país, sendo repórter das editorias de cidades e política.

Eu acho que as pessoas trouxeram essa questão para mim antes de eu mesmo começar

a pensar a partir dos meus próprios passos. Então, eu me vi atravessado. Primeiro, porque eu fui obrigado a me ver atravessado por essas questões por conta da especulação de outras pessoas a respeito da minha sexualidade e do meu gênero. Ouvindo parentes e amigos questionarem os meus pais sobre o meu comportamento. Desde muito cedo, desde muito pequeno. Eu tive esse primeiro impacto ali, na infância ainda [...]

Aí passou-se um tempo, eu acho que eu comecei a me ver atravessado por isso de uma maneira um pouco mais autônoma. A partir dos 14 anos, no início da adolescência, quando contei aos meus pais que sou gay. Falei desse assunto com eles, ainda bem jovem, porque já era uma questão que eu acho que já estava muito posta, assim, eles já notavam, eu também, então não tinha mais porquê esconder (VICTOR).

João trabalha em Brasília e é repórter, em alguns momentos faz a função de editor nas editorias de opinião e política. Jornalista de 22 anos, se intitula bicha preta cis. Na escola, ele se viu atravessado pelas questões de gênero e sexualidade ao ser insultado por seus colegas.

Primeiro me vi atravessado pelas questões de gênero e sexualidade. Atravessado como bicha. Por quê? porque desde pequeno, desde os primórdios da escola, é sempre a gay, a poczinha, a bicha, a baitola, era como me chamavam. E a questão de raça nunca vinha junto, não me atravessava. Claro, depois de crescido, eu fui entender que isso também estava junto, que também existia um peso em relação a isso, porque existiam outras gays também na minha sala, não eram tão afeminadas quanto eu, mas existiam e elas não sofriam a opressão que eu sofria. A opressão que a gay branca sofria não tinha o mesmo peso (JOÃO).

Vale ressaltar, a partir do relato de João, que há o privilégio branco, quando ele diz que bichas brancas não sofriam tanto preconceito quanto ele. Segundo Cida Bento (2022), esse privilégio é formado e permeado pelas relações de dominação no gênero, raça, classe, território e outros marcadores sociais e fixado por meio de um pacto, denominado pacto narcísico da branquitude. Este pacto seria uma “aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo” (Bento, 2022, p. 25), ou seja, a história europeia, é positivada e tudo que é considerado anormal é descartado, para que se perpetue uma narrativa que enalteça a pessoa branca.

Observa-se também, a partir da conversa com João, que quanto mais marcadores sociais se somam mais a sujeita é colocada em patamar de subalternidade. Esta normatividade hierarquiza as pessoas dentro da sociedade. “A norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2001, p.9). Nesta lógica, segundo Louro (2001, p.9), “a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas (e demais identidades dissidentes) são descritos como desviantes da norma [cis]heterossexual”. Desse modo, as sociedades realizam um discurso que, concebe “os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (LOURO, 2001, p.9). Ou seja, quanto mais próximo você estiver deste padrão, aspirando o centro, menos opressão você sofre.

Além de gay, sou preta e sempre fui muito afeminada, tanto que eu sempre falo que nunca tive um momento de efetivamente virar e falar para as pessoas: “então, gente, eu realmente

sou gay” (JOÃO).

Esta colocação do João é interessante para pensarmos que as pessoas dissidentes das normas de gênero e sexualidade são atravessadas pelo inquérito da confissão. Foucault (2001) afirma que dentro de um contexto religioso, a confissão tem o papel da revelação de uma verdade. O autor relata que “a sexualidade, no ocidente, não é o que se cala, não é o que se é obrigado a calar, mas é o que se é obrigado a revelar” (FOUCAULT, 2001, p. 213). A partir do século XII a confissão se tornou obrigatória e regular, os ocidentais são levados a confessar tudo, expondo seus prazeres como uma obrigação já internalizada. “A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1999, p.61). Ela estabelece uma relação de poder na qual aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que o ouve, interpreta o discurso, redime, condena, domina (FOUCAULT, 1999). Um contexto histórico que perdura até hoje em nossa sociedade, fazendo com que pessoas LGBTQIA+ confessem a sua identidade de gênero e sexual, como uma pecadora que confessa a sua sodomia ao padre.

A saída do armário para Lucas foi símbolo de amor e acolhimento.

Eu me entendia gay, mas não exercia ali minha homossexualidade e me mantinha no armário. Porque eu imaginava que mesmo tendo a consciência de que os meus pais eram pessoas tão abertas, que aceitavam a diferença do mundo, eu pensava que eu tinha que ter alguém por quem comprar a briga da saída do armário. E eu levei isso durante a minha adolescência toda. É óbvio que quando eu fiz 17 anos, eu tive os primeiros contatos com outros rapazes também. E aí eu lembro que com 19 anos, a minha mãe me chamou para conversar. Ela achou que eu andava um pouco triste pelo fato de ela me enxergar gay e eu neguei. E eu já tinha em mente que no dia que eu estivesse pronto para sair do armário, ela e o meu padrasto seriam os primeiros a saber. Uns oito meses depois disso mais ou menos, já em 2013, eu conheci o meu atual marido. E eu me vi totalmente apaixonado por ele e pensei, bom, ele é o cara com quem eu compraria qualquer briga, e mantenho isso até hoje. Ali eu saí do armário para todo mundo, para a família, para amigos que não sabiam, para pessoas da faculdade e eu, felizmente, não perdi nenhuma pessoa ao meu redor por isso (LUCAS).

Até o momento desses diálogos, percebe-se que lésbicas, gays e bissexuais saem do armário uma vez. Em diálogo com os jornalistas trans, que se dispuseram a participar desta pesquisa, este momento aconteceu duas vezes. Na capital paulista temos a história do jornalista Breno, homem trans, “bissexual, porque as pessoas esquecem que pessoas trans têm sexualidade” (Breno, diário de campo), branco, de 32 anos. Em uma conversa descontraída e ao mesmo tempo emocionante, o menino criado com a avó na periferia de São Paulo relata que por doze anos se identificou como lésbica.

Hoje com ajuda da terapia, num resgate, eu percebo que fui uma criança trans. Cresci na década de 90, período que mal se falava de sexualidade, veja lá da questão de gênero. E foi muito difícil essa primeira saída do armário. Minha família não reagiu bem, exceto minha avó. Aos 17 anos, ouvi da minha mãe que preferia que eu estivesse morrido ou engravidado, como a minha prima. E foi um ano sem falar comigo. Alguns tios chegaram a ameaçar a minha primeira namorada de morte. Por outro lado, sempre tive afeto e acolhimento da minha avó

[...]

A minha segunda saída do armário acontece no auge da pandemia em 2020, quando eu contei que sou um cara trans. Fui acolhido muito bem. Apenas uma tia que precisou de mais um ano para respeitar meu nome e meu gênero. Quando eu conto que sou uma pessoa trans a minha mãe não estava mais aqui, porque ela faleceu em 2017. Tudo isso aconteceu quando eu estava escrevendo meu TCC na faculdade de jornalismo (BRENO).

Vamos observar o relato da jornalista de moda, Liz, mulher trans/travesti, amarela, de 36 anos. Ela nasceu no Paraná, mas exerce a profissão na capital paulista.

Comecei a me entender como pessoa gay, eu acho que estava na pré-adolescência, entre os 12 e 13 anos de idade, mas depois eu fui sair do armário também bem tarde, só lá entre os 18 e 19 anos. E aí eu fui vendo que também para ser um homem gay era preciso performar muita masculinidade. Eu não me identificava muito nem com os meus amigos da época que eram gays. A minha transição foi acontecer lá pelos 30 anos. Demorou um pouco para acontecer. Acho que até, muito por uma falta de informação e de referência que eu tinha crescendo como criança LGBT. Eu não me via muito como uma criança trans. Eu achava que eu fosse só um menino gay e até porque eu acho que existia também, tanto um estigma mais patologizador, porque era visto como uma doença psiquiátrica, psicológica, que só em 2018 foi retirada do CID, quanto que eu precisava ter uma disforia muito acentuada com o meu próprio corpo e eu nunca tive muito essa disforia. Quando vim para São Paulo entrei em contato com mulheres trans que me ajudaram a desmistificar muita coisa (LIZ).

Ao dialogar com Liz, lembro-me da conversa com Breno. Percebo que ambos têm a mesma visão em relação ao seu corpo. Outra percepção é o quanto a mídia é importante na formação das identidades.

Quando eu assisti o documentário *Bicha Travesti*, percebi que eu estava preparado para contar para as pessoas que eu sou um cara trans, que foi o dia que me senti confortável. Porque um dos maiores incômodos e dúvidas que eu tinha é que nunca tive aquele ódio ao meu corpo, que a cisgeneridade diz que as pessoas trans precisam ter. ‘Pessoas trans são pessoas que odeiam o seu corpo, são pessoas que precisam usar o hormônio, precisam fazer cirurgia’. E não é isso! Tem aquela novela que é extremamente violenta, que aquele personagem Ivan, que ninguém lembra pelo nome dele, né, porque foi tanta transfobia na construção daquela novela que todo mundo só lembra do personagem e do nome morto. Mas toda vez que o personagem se olhava no espelho tinha aquele ódio, eu falava: ‘não, eu não sinto isso, então acho que não sou uma pessoa trans’. A sociedade está dizendo que para ser uma pessoa trans eu tenho que odiar tudo o que eu sou, eu não odeio tudo o que eu sou, então talvez não seja esse o caminho (BRENO).

Em 1965, o psiquiatra americano John Oliven, da Universidade de Columbia, assinalou o termo *transgênero*⁹ da Universidade de Columbia no livro *Higiene Sexual e Patologia*, e se popularizou nas décadas seguintes. No entanto, o termo “*transexual*” já havia sido cunhado em meados de 1950 por Harry Benjamin, sexólogo alemão, que estava a procura de procedimentos clínicos para identificação e atendimento de pessoas transexuais. A transexualidade foi considerada uma patologia por 28 anos, de 1990 – ano da publicação da 10ª edição do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), até 2018, tendo sido essa denominação alterada na 11ª edição do CID, que deixou de incluir o chamado “*transtorno de*

⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>

identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero.” O documento que foi aprovado em 2019, somente entrou em vigor em janeiro de 2022.

Recentemente, a artista Valentina Schmidt, filha do jornalista Tadeu Schmidt, fez uma declaração no Instagram: “Sou 'queer', ou seja, no meu caso, minha orientação sexual e atração emocional não correspondem à heteronormatividade”, e continuou: “Eu me amo e amo todes [uso de linguagem neutra] vocês. Essa sou eu. Simples assim”. O termo queer não é muito popular no Brasil. Ele surge no gueto norte-americano e significa estranho, esquisito, raro. É a sujeita da sexualidade desviante. É um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade. Queer pode ser considerado questionador, transgressor, ambíguo. (LOURO, 2001). Ariel, jornalista queer de 36 anos, considera-se de cor parda, possui uma deficiência neurológica e relata a sua experiência no interior de Minas Gerais.

Olha, para ser sincera, quando eu era adolescente, eu já sentia um pouco de dificuldade de me identificar como mulher, simplesmente como mulher. Se eu me atrair por uma mulher, por um homem ou por outras pessoas, o que isso diz sobre a minha identidade? Só que na minha adolescência, quando eu comecei a me questionar sobre essas coisas, eu também tinha um outro marcador que influenciava, que era a deficiência. Eu estava na cadeira de rodas, enfrentando uma doença grave, sem perspectivas de ter uma vida social como eu gostaria de ter [...]

Em 2009 nos Estados Unidos, em uma oportunidade de intercâmbio, eu acabei tendo experiências amorosas com uma travesti e um homem trans. Assim, continuei questionando a minha identidade. E foi ali que me deparei e me identifiquei com o termo queer. Sempre me considerei uma pessoa mais fluida. O queer para mim entra não somente como uma questão relacional, no movimento LGBTQIA+, mas no movimento da deficiência também, ele entra como uma perspectiva do outro sobre a pessoa com deficiência. E o que o queer é interpretado como esquisito. Esquisito no sentido de diferente, de fora do padrão (ARIEL).

Queer assinala aquelas/es que vivem uma fluidez de gênero e desejo sexual, ou ainda para marcar todas/os os que são alheios ou desarmônicos às prescrições normativas presentes na sociedade (GONÇALVES, 2017).

O que você entende da minha perspectiva de identidade no mundo? E de mundo, né? se identificar como queer é também essa perspectiva diferente de mundo. É uma visão diferente das coisas. É não ver o preto no branco, mas ver as coisas muito mais coloridas e fluídas do que elas realmente são. É mais do que uma identidade apenas, ou uma autodeclaração, mas é também uma reafirmação de que você é líquido, como a modernidade do Bauman, sabe? É ser parte de uma transformação e que você vai estar em constante transformação (ARIEL).

Louro (2001) afirma que, na medida em que várias identidades — gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis — se manifestam publicamente, elas também acabam evidenciando a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero. E isso é percebido como muito desestabilizador e "perigoso". Sendo assim, para autora, “nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção” (LOURO, 1997.p. 30).

Assim, falarmos em identidade envolve não somente as formas e práticas de exercer a sexualidade, mas suas performances públicas, a construção dos direitos e deveres conquistados, os espaços institucionais ofuscados, as formas específicas de opressão e muitas outras questões que sempre estão circunscritas pela forma moral e estética concorrente a determinada posição hegemônica de objetivações sociais de indivíduos, grupos e sociedades (MACHADO, PRADO, 2008, p.17)

Um corpo queer convida a pensar conceitos, dentro da nossa sociedade, no que tange às questões de gênero e sexualidade. Para os teóricos e teóricas queer, para além disso, este corpo rompe as normas regulatórias de gênero e sexo (LOURO, 2008).

Estes relatos apontam para uma naturalização das funções sociais a serem desempenhadas por cada um dos gêneros, naturalização que ocorre por meio de justificativas e/ou discursos que atribuem as pessoas capacidades, aptidões e predisposições baseadas em supostas características biológicas inerentes aos homens e mulheres (dentro somente do binarismo de gênero), mas que na verdade se cristalizam pela repetição e reiteração incessante desses papéis até que assumam o status de verdade (BUTLER, 2003).

4.2 A autocensura como expressão da cisheteronormatividade na profissão

Corpos perfeitamente harmoniosos; uma coleção de órgãos, de gestos e atos, de sentimentos e comportamentos. Corpos que carregam sinais da ansiedade e confusão, da exclusão e do escárnio. Corpos que vivenciam a disciplina, que não podem ser desviantes. Corpos que não podem, se quer, ser quem são. Nesta etapa da nossa viagem, baseio a investigação nos estudos de Judith Butler e Guacira Louro. Elucido os motivos que levam-nos à autocensura, para depois descobrirmos as brechas da profissão – são nas fissuras que a nossa resistência acontece.

Butler (2003) defende que a [cis]heteronormatividade cria os corpos inteligíveis, ou seja, aqueles que são considerados aceitáveis, compreendidos, justamente porque estão inscritos dentro da matriz hegemônica, mas que, ao mesmo tempo, essa própria [cis]heteronormatividade produz também os corpos impensáveis, não inteligíveis. Esses corpos além de disciplinados por esta norma regulatória do gênero e sexo, faz com que as pessoas das identidades dissidentes se autocensurem. Dessa forma, o comportamento das pessoas LGBTQIA+ é restrito. Muitos se autocensuram com vistas a adequar-se ao ambiente de trabalho a que pertence, seja para evitar constrangimentos, seja para manter o segredo da identidade que possui.

Depois do caso que aconteceu comigo, narrado para você na introdução desta pesquisa, comecei a vivenciar a autocensura. Lembro-me que o motivo de ter pleiteado uma vaga para ser produtor e não repórter, era justamente porque eu tinha medo das câmeras, medo do julgamento e de não ser visto como um jornalista credível – o medo mesmo era de não performar masculinidade. Conforme Bento (2015, p.89), “a masculinidade é um processo de aprovação social masculina [...]

Admitindo-se que a masculinidade é uma aprovação social, sua emoção dominante é o medo. Medo em ser confundido com mulher, medo que os outros homens percebam a sensação de insuficiência”.

Assim sendo, a masculinidade segundo Connell (1995) é:

[...] uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero [...] diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre os homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. [...] Qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória (CONNELL, 1995, p.188-189).

Dentro dessa complexidade da masculinidade, quando saí da produção do webjornal e trabalhei em frente às câmeras, sempre tive a preocupação com a minha locução no *off* da matéria. Com isso já deixei de usar perguntas que seriam importantes na reportagem por eu achar que a minha voz estava muito afeminada. Cheguei a regravar alguns *off*'s ou até mesmo a passagem de alguma reportagem por me achar afeminada. Para Bento (2015), a masculinidade nasce não de uma afirmativa de si, mas de uma negativa da feminilidade. E desde cedo, antes mesmo de aprender o que pode ser, aprendi sobre o que não posso ser. Lembra sobre o adulto da família que censurava os meus trejeitos na infância, com o discurso do aprender a ser “homem”? Um aprendizado que é ensinado e vigiado por outros homens, com o intuito de haver uma aprovação social do masculino.

Quem sempre se preocupou com essa questão da aprovação social é João, ao refletir sobre a um dos valores do jornalismo e o valor que a pessoa LGBTQIA+ tem na profissão.

Estou trabalhando em uma profissão que ela tem que demonstrar credibilidade. Mas para a sociedade, eu como homem gay não tenho credibilidade nenhuma. É complicado! (JOÃO).

João ainda nos confessa que mesmo sendo considerado um homem gay afeminado, ele tenta controlar os seus trejeitos em alguma medida, mas que muitas vezes não obtém sucesso.

Em algum nível eu tento me controlar. Mas por eu ser uma gay muito afeminada, há limites que eu não consigo, gente. Sou eu, sabe? Infelizmente são coisas que eu não consigo segurar, não tenho como controlar. Mas em algum nível, sim. Por exemplo, quando eu vou gravar, eu sempre gravo a maioria das vezes de terno, de roupa social, essa imagem minimamente aceitável. Quando eu vou conversar com as fontes. Mas aí, quando eu vou conversar com as pessoas, meio que não tem como muito eu ficar blindando. Principalmente por isso, meu tom de voz já não é um tom de voz de um macho alfa. E eu gesticulo muito enquanto falo (JOÃO).

Victor também relata sua experiência com a autocensura no exercício da profissão, tanto para trazer a credibilidade, quanto para se submeter ao discurso de que o foco é a notícia.

Já tentei cuidar os meus trejeitos no vídeo. Acho que muitos de nós passamos por isso. E sempre tem aquela questão de não chamarmos mais atenção que a notícia (VICTOR).

A jornalista LGBTQIA+ emerge-se no padrão hegemônico construído e que o jornalismo tenta validar por meio do argumento técnico: “as expressões do corpo do repórter ou apresentador não podem chamar mais atenção que a notícia”, por exemplo. O relato de Victor evidencia que o telejornalismo/webjornalismo encaixa o repórter dentro do padrão cisheteronormativo. “Significativamente, estar ‘fora’ da ordem hegemônica não significa estar ‘dentro’ de um estado sórdido e desordenado de natureza” (BUTLER, 2003, p.190). Todavia, o jornalista gay se autocensura porque a sua identidade sexual “é quase sempre concebida nos termos da economia significativa homofóbica, tanto como incivilizada, quanto como antinatural (BUTLER, 2003, p.190).

Fernanda conta-me que muitas vezes recorreu à autocensura para não sofrer algum tipo de discriminação.

Eu mudo um pouquinho o jeito de falar. Me policio mais porque eu estou acostumada com a minha família. Eu tive que me policiar por vários anos. Quando estou num espaço aqui, eu penso: ‘opa, deixa eu me manter numa postura mais adequada’ e vou com uma roupa mais menininha. Mas, assim, eu mudo bastante. Eu normalmente não gravo vídeo, eu detesto gravar vídeo. Quando eu sou escalada para gravar vídeo num projeto, falto chorar, porque eu odeio, não gosto. E é engraçado porque normalmente eu sempre fico mais ereta, cruzo as pernas e tal, e é uma coisa que já está na minha mente, de parecer mais feminina, assim, frente às câmeras (FERNANDA).

De acordo com Butler, “esses atos, gestos e atuações (...) são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003, p.194). A pessoa da sexualidade dissidente acaba fabricando em torno do seu corpo uma identidade cisheterossexual, ou seja, através dos seus atos e gestos, eles criam a ilusão de uma heterossexualidade, “ilusão mantida discursivamente como o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora” (BUTLER, 2003, p.195).

O medo das reações dos colegas de trabalho e de sofrer algum tipo de constrangimento faz com que o jornalista gay contenha seus trejeitos. Contudo, vale ressaltar que a autocensura não fica restrita ao campo da incivilidade, da antinaturalidade e dos constrangimentos, mas também está relacionada com a preocupação que o jornalista gay tem com a decisão de falar ou não sobre sua identidade, como observamos no relato de Lucas e Victor:

No início da minha carreira, eu tinha a preocupação assim: ‘poxa, será que um dia se eu falar que sou gay no trabalho eu vou deixar de ter uma oportunidade?’ ‘Ou será que eu não seria efetivado num estágio?’ Eu pensava muito nisso (Lucas).

Pessoas LGBTQIA+ têm mais dificuldades no mercado de trabalho. E até uma conversa que eu tive com a minha mãe, no dia que eu fui fazer uma entrevista de emprego, eu estava com as unhas pintadas e minha mãe olhou para mim e falou assim: ‘filho, tira o esmalte. Talvez atrapalhe’. E aí eu disse: ‘mãe, de fato, acho que eu vou tirar’. Eu queria muito essa vaga. Ela tinha uma remuneração boa, vai me dar um pouco de estabilidade (VICTOR).

Esta preocupação com a oportunidade do emprego e ascensão profissional faz parte da vida profissional da jornalista LGBTQIA+. Segundo Louro (2008), ela se tornará alvo das pedagogias corretivas, sofrerá punições, sanções, reformas e exclusões. Porém, nestes casos, a própria sujeita se autodisciplina, faz do seu corpo alvo das “pedagogias corretivas”.

A autocensura é a ancoragem para a sujeita se tornar legítima no ambiente de trabalho, submetendo-se à cisheteronormatividade. “Para se qualificar como um sujeito legítimo, como um ‘corpo que importa’, no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (BUTLER, 1999 apud LOURO, 2008, p.16). Como ilustra a fala de Lucas:

Eu não faço a menor questão de ser machinho, acho que isso é desnecessário. Não me sentiria à vontade de atuar uma heteronormatividade, mas eu me considero mais próximo disso. Então, é muito mais fácil para a pessoa me aceitar enquanto LGBTQIA+ do que aceitar, por exemplo, uma pessoa que seja mais distante disso [da norma] (LUCAS).

Fica evidente no relato de Lucas que quanto mais trejeitos a jornalista LGBTQIA+ tiver, mas sofrerá sanções e constrangimentos no ambiente laboral. Ou seja, quanto mais próximo da norma social, mais aceitável/tolerada você se torna. Isso tem acontecido com Liz, que segundo seu relato, possui a passabilidade de gênero e trabalha num espaço predominantemente feminino.

Por ter uma certa passabilidade e trabalhar dentro do segmento de beleza, que é um meio mais liberal e com muito mais pessoas LGBTQIA+. Quando eu cheguei nessa profissão já tinha várias portas abertas para pessoas LGBTQIA+, então eu acho que na profissão foi um dos poucos lugares que eu sofri episódios muito fortes e muito marcantes de transfobia. Olha, eu acho que tenho muita sorte e privilégio (LIZ).

No início da nossa conversa, João afirma que a cautela com seus trejeitos veio de casa. Fã da Joelma, tinha todos os DVD’s da cantora em casa e performava suas músicas. Certa vez, seu pai além de rasgar um short curto do João, quebrou todos os DVD’s. Sendo assim, foi no âmbito da família que ele aprendeu a autocensura e leva isso para o âmbito do trabalho.

Mas eu sempre fico muito receoso quando vou gravar alguma coisa no estúdio. A gente tem um podcast voltado, exclusivamente, ao debate de pesquisas eleitorais e de opinião pública. E aí, nele, temos o áudio e vídeo – uma espécie de vídeocast. Todas as vezes que eu venho gravar é assim. Muito cuidado: roupa, cabelo, meus óculos, como está a câmera, a entonação da voz. Precisa estar perfeito. Porque não pode ter o mínimo de margem para que as pessoas questionem qualquer outra coisa que não seja a qualidade do conteúdo que a gente está passando. E adianta? (JOÃO)

Para Louro (2001), dentro do contexto da [cis]heteronormatividade, na visão da cultura que estamos inseridos, o sujeito precisa ser cauteloso, empregando apenas gestos e comportamentos outorgados para o “macho”. Estes comportamentos são regulados tanto pela família, quanto pelas ciências, escola, jornalismo e demais instituições sociais. Há uma regulação do corpo da sujeita que ocorre dentro da instituição social, neste caso, a família, que transcende para a vida em sociabilidade.

Segundo a autora, essa regulação hierarquiza, desclassifica, gerando discriminação as pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, Butler (2001) afirma que o caráter discursivo da sexualidade é transmutado por normas regulatórias que trabalham de forma performativa (os trejeitos são tipos de performatividade de gênero, por exemplo), ou seja, são reiteradamente repetidas para materializar os corpos, materializar o sexo dos sujeitos, são constantemente repetidas para que tal materialização ocorra. Dessa forma, as normas regulatórias do sexo repetem e reiteram, constantemente as normas dos gêneros e da sexualidade na ótica heterossexual. Em suma, a jornalista se autocensura, no dizer de Butler (2003), porque ela enxerga em seu corpo, um “corpo abjeto”.

Um corpo que é constantemente visto como abjeto, é o corpo gordo. Você já parou para pensar onde estão os corpos gordos no jornalismo? Este corpo em muitos momentos é rejeitado, em meio ao discurso da gordofobia – que é um problema estrutural alicerçado no discurso da preocupação com a saúde, para validar ações preconceituosas. Assim, abre-se brecha para que os corpos gordos se tornem abjetos e invisibilizados. A violência é expressa por Ariel:

Eu fiz a bariátrica no ano passado. Mas eu fiz pela minha saúde, mas também fiz por conta da discriminação, que eu sempre sofri e não aguentava mais. E era de todos os lados, tanto da parte social quanto do mercado de trabalho. Porque também a pessoa gorda é lida como preguiçosa, uma pessoa que não dá conta das coisas, ou uma pessoa desleixada. Se ela não cuida de si, como ela vai cuidar da minha empresa, como vai cuidar do trabalho em si? (ARIEL)

A gordofobia é um problema estrutural, arraigado na sociedade, e que usa do discurso da preocupação com a saúde – a patologização parece um discurso consolidado – para validar suas ações preconceituosas, que podem se configurar como agressões psicológicas e físicas. O corpo gordo é visto como um perigo à sociedade, por ser um transgressor da norma. A gente vê na mídia, em especial a televisão, no discurso do dia a dia, que o corpo bonito e saudável é o corpo magro. Como diz Butler (2002), os discursos “habitam os corpos”. Mais do que isso, os corpos na verdade carregam discursos como parte de si, ou seja, “ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso” (BUTLER, 2002, p. 163).

Olha, eu nunca fui uma pessoa de seguir muitos padrões no quesito estético do que a sociedade espera de uma mulher. É algo que vem desde a graduação, o fato de não se comportar da forma que se espera, de não ter a vestimenta, o cabelo, o corpo ou até mesmo de usar um acessório que a sociedade espera e entende como feminino. E isso acaba retalhando o teu acesso. Porque no vídeo, na graduação, por exemplo, estava sempre os mesmos corpos, padrão de cabelo, de cor. E olha que sou uma mulher cis, branca, que tenho meus privilégios, imagina para uma mulher negra... (JÉSSICA).

Jéssica afirma que vivenciou o disciplinamento do corpo, sendo regulada pela cisheteronormatividade desde a época da graduação.

Na universidade, isso acaba sendo mais pesado. Porque é na universidade, onde, primeiro, tu estás indo ter acesso ao conhecimento. E a universidade não é o local para gente replicar o mercado, é o local para a gente enfrentá-lo e questioná-lo, para que ele se torne mais acessível e democrático (JÉSSICA).

Outra pessoa que sofreu na faculdade foi João. A coordenadora do webjornal que ele apresentava ficava incomodada com o cabelo black cacheado, com aquele discurso de que não pode chamar mais atenção que a notícia.

A coordenadora era incomodadíssima com o meu cabelo. Então, assim, quando a gente ia gravar, o negócio era para gravar em 10 minutos, e eu gastava meia hora. Porque cada movimento que eu fazia com a cabeça, e meu cabelo se movimentava, ela parava a gravação e vinha arrumar meu cabelo de novo. Ai, que saco! Não toca no meu cabelo mulher branca. Dá licença (JOÃO).

Conforme Veiga (2015), baseada nos estudos de Ramon Grosfoguel (2012), as ideologias do machismo, do racismo, do cisheterossexismo, entre outras, que nascem dos privilégios do poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado, regentes das normas e racionalidades dominantes, estão no mercado e na universidade como estão na sociedade. Nesse sentido, percebo que os discursos institucionais expressam as convenções sociais, não somente de gênero e sexualidade, mas também de raça, corporidade, entre outros que fazem parte da tecitura social. A norma que impera em nossa cultura estabelece que a sujeita tenha atributos da identidade cisheterossexual. A família, a escola, a igreja e as demais instituições sociais baseiam as suas convicções dentro do padrão cisheteronormativo. Vimos anteriormente que, por meio de imagens e discursos, as instituições ditam a maneira "certa" de nos comportar, vestir, com quem se deve relacionar e todos aqueles que não seguem a esta lógica estão sujeitos aos constrangimentos, preconceitos e punições.

Breno relata que se autocensurou algumas vezes antes da transição e que teve problemas de relacionamentos com seus tios por conta da sua identidade de gênero.

Muito antes da transição eu me autocensurei. E tudo começa pela família. A minha tia mesmo passou um ano sem falar comigo. Quando eu comecei na profissão, eu ainda não tinha transicionado. Então, eu vivenciava o universo que eu era lido, enquanto sapatão, e a autocensura vinha porque eu era muito inseguro de mim (BRENO).

A partir da conversa com Breno e os outros profissionais, do referencial teórico (Butler, 2003; Louro, 2008) usado nesta pesquisa e nos estudos de Michel Foucault (2001), percebo que a família é a primeira instituição que cisheteronormatiza a sujeita. “O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc” (FOUCAULT, 2001, p.72). Portanto, o corpo passa a ser controlado desde o nascimento, em diferentes dispositivos e tecnologias

de controle, para se encaixar no padrão homogeneizador que essa Sociedade Disciplinar busca (FOUCAULT, 2001).

Dessa maneira, a pessoa LGBTQIA+ acaba velando a sua identidade porque desde cedo lhe foi imposto o padrão cisheteronormativo. Ela se encaixa dentro da norma regulatória para se legitimar como sujeita dentro da sociedade (LOURO, 2008). A jornalista LGBTQIA+, em alguns momentos se autocensura para manter o status quo. Isso acontece, segundo Butler (2003), porque a sociedade exige uma coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual [e profissional] e, ao fazer isso, a cisheterossexualidade deixa de ser apenas uma entre tantas formas de viver a nossa identidade/sexualidade para se tornar uma imposição, uma coerção sobre os corpos. Todavia, onde há poder, há sempre a possibilidade de resistir (FOUCAULT, 2009), e a partir de agora a gente tenta achar as brechas da profissão para podermos ter a liberdade de ser quem somos. No próximo capítulo, apresento quais são as marcas de resistência no campo cisheteronormativo do jornalismo.

4.2 Ações de resistência no jornalismo

Nós jornalistas LGBTQIA+ somos “os anormais” de Foucault (2001) e os “corpos que (não) importam” de Butler (2003). Sujeitas que estão inseridas em um lugar de opressão. Contudo, vale destacar que esse lugar pode ser instância onde há o exercício de poder, mas também ser lugar de resistência (LOURO, 2003), considerando poder, segundo Foucault, como uma estratégia, não como “um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se ‘apropria’” (LOURO, 2003, p. 38). Isso quer dizer que o poder não é fixo, pois em seu exercício há manobras, técnicas, as quais podem ser contestadas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 2005). E é a partir de agora que descrevo essas manobras, ações ou simplesmente marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão.

Parafraseando Euclides da Cunha, o “viado” é, antes de tudo, um forte. E se tem um que é desviante, este sou eu. Foram anos tentando construir a bicha que sou e só volto ao armário se for para arrasar no look. E a minha saída dele coincide com a minha entrada na redação. Em momento algum, eu velei a minha identidade sexual para caber no jornalismo. Sempre fui aberto no mercado de trabalho, mas sinto-me um privilegiado – sempre estive rodeado de mulheres. No ambiente de trabalho, a jornalista LGBTQIA+ se sente próximo das mulheres por uma questão de opressão e por se sentirem mais à vontade em um ambiente composto por elas, evidenciando a amizade entre LGBTQIA+ e as mulheres heterossexuais na sociedade. Estas questões são expressas por Breno e Lucas:

Eu demorei tanto tempo para ser eu, que eu não aceito mais que as pessoas não deixem eu ser quem eu sou. Eu tenho muitos poucos amigos que são homens no geral. Homens cis

hétero, homens cis LGBTQIA+, homens trans e tudo mais. Até porque homens trans, normalmente eu sou o único nos espaços, mas eu sempre sinto mais muita identificação, prefiro ficar mais perto das mulheres que eu trabalho [...]

Eu lembro que demorava muito também nos empregos para falar que eu era uma pessoa LGBT. Eu só consegui contar que eu sou uma pessoa LGBT quando eu encontrei o meu grupinho de pessoas LGBTs ali na empresa, que não eram a minha equipe, mas dentro da empresa tinham (BRENO).

Sempre driblei a cisheteronormatividade na empresa. Sempre falei sobre minha vida. Postei fotos com meu marido em minhas redes sociais. No nosso casamento foram cerca de 100 pessoas apenas do trabalho (LUCAS).

Ser abertamente LGBTQIA+ no mercado de trabalho é a primeira marca de resistência percebida, e quando você encontra outras pessoas LGBTQIA+ fica mais fácil resistir porque faz daquela rede, uma rede de apoio. “Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política” (LOURO, 2005, p.18). Como especificam Victor e Liz:

Sou a gayzinha da redação e sou uma pessoa muito resolvida. As pessoas hoje, no lugar de trabalho que eu estou, tendem a me respeitar (VICTOR).

Sou muito respeitada no meu trabalho, até porque estou num lugar muito aberto, de maquiadores, cabeleireiros, pessoas da moda que são abertamente LGBTQIA+. O jornalismo de moda, muitas vezes, quebra com o padrão e isso me favorece (LIZ).

Uma vez que pessoas das identidades dissidentes se manifestam publicamente, elas também acabam evidenciando a instabilidade e a fluidez da identidade normativa. E isso é visto como muito desestabilizador. Como vimos anteriormente, no referencial teórico baseado em Louro (1997) nenhuma identidade – mesmo a mais normativa é automática, autêntica, facilmente assumida e não existe sem negociação ou construção.

Enquanto Liz fala sobre sua experiência positiva no espaço laboral, por outro lado, o mercado de trabalho foi pouco acolhedor para Ariel, que constantemente foi motivo de piadas, deboches e comentários maldosos de colegas de trabalho. Mas nunca deixou de ser quem é.

Sofri vários preconceitos pelos diferentes marcadores. E tudo isso no mercado de trabalho. Por chefia e por colegas de trabalho. Mas geralmente, assim, o mercado de trabalho é o mais significativo. Em primeiro lugar sofri pela deficiência, por ser gorda também e uma vez por ser queer. E foi por uma pessoa que é também do movimento, um homem gay, mas que não aceita a nomenclatura queer [...]

Tive colegas que não queriam almoçar comigo, que não gostavam da minha presença. Vi vários cochichos e olhares tortos para mim. Eu me sentia excluída (ARIEL).

Ariel incorporava aos olhares dos colegas, de fato, o significado do queer como observado nos capítulos anteriores: estranho, esquisito. Em concordância a isso, Jéssica elenca os atravessamentos que perpassam o jornalismo.

Eu acho que o campo jornalístico, infelizmente, ele ainda é atravessado por muitos

preconceitos. Quando se trata principalmente de corporalidade, né, essa questão da imagem, ela sempre foi guiada por um padrão preconceituoso em termos de raça, classe, etarismo, gordofobia, enfim, acaba entrando tudo isso no mercado de trabalho (JÉSSICA).

Em nosso diálogo Jéssica afirma que se posicionar no trabalho é uma forma de resistir aos valores sociais hegemônicos. E todas as nossas entrevistadas se posicionam. Observe os relatos a seguir:

Às vezes eu até passo por chata, mas de modo geral, qualquer frase que tenha um cunho machista, LGBTfóbico, racista, capacitista ou qualquer piadinha, eu corrijo, eu me posiciono, falo na hora. Eu vejo que as pessoas até se cuidam para falar perto de mim. E eu falo, porque eu sei que eles têm condições de buscar informação e de ter um letramento (JÉSSICA).

Eu entrei na empresa namorando um funcionário do mesmo setor. A mesa já estava posta ali. Eu não fui vítima de discriminação ali, mas já ouvi comentários homofóbicos, pessoas falando absurdos. Já optei por ficar calado, mas muitas vezes optei por falar em público e constranger a pessoa. Já tentei educar várias vezes [...]

Já tive vários momentos de me posicionar na redação. De dizer assim: ‘gente, vocês estão de sacanagem, né? Vocês vão continuar falando disso na redação? Vocês estão em que ano? 1998 ficou lá atrás [...]

Um outro momento, foi quando tivemos um caso do deputado chamar uma vereadora de belzebu (demônio) e aberração. Algumas pessoas na redação falaram que havia uma suspeita de LGBTfobia. E eu disse: ‘não, gente, não há uma suspeita. Há a materialidade ali, ele foi transfóbico. Vamos parar para pensar: uma pessoa chama alguém que é trans de aberração e vocês ainda precisam que alguém fale o óbvio (LUCAS).

Tivemos um episódio de transfobia no trabalho, que aconteceu com uma colega que ainda estava num processo de transição, então para ela era muito difícil abrir a câmera para participar das reuniões. E muitas pessoas do trabalho tratavam ela no masculino e a chamava pelo nome civil. Eu e outros colegas falamos: ‘a chamem pelo nome social, pelo nome que ela se apresentou, não é o nome que ela está cadastrada nas reuniões, não é o nome que aparece na tela, é aquele que ela falou que vocês têm que chamar (ARIEL).

Eu não vou deixar de ser quem eu sou para agradar ninguém, no mercado de trabalho. Então, ali na redação, você não precisa esperar que mude minha voz, que eu vou gesticular menos, porque não vou. Sei que jornalismo é isso também, ser mais sério, mas eu continuo sendo eu e eu tenho personalidade. Então, se alguém ousa dar uma piada ou fazer qualquer comentário, eu também coloco no lugar dela. Tem que ter limites. Foram coisas que eu fui aprendendo com muitos anos de terapia (JOÃO).

Este relato de João lembrou o episódio que aconteceu comigo esses dias na empresa. Na tentativa de me censurar, uma coordenadora pediu para que eu mudasse a minha postura. O diretor da empresa estava chegando de São Paulo e, segundo ela, eu teria que passar a imagem de uma pessoa mais posturada. Eu a confrontei, perguntando qual tipo de postura que ela esperava de mim, porque eu sou assim em todos os âmbitos da minha vida e eu estava confortável em ser exatamente como sou. Ela não sabia o que me responder. O mercado de trabalho tenta nos colocar em lugares preestabelecidos, que espera da gente um determinado comportamento que precisa se alinhar com as expectativas de gênero construídas ao longo do tempo.

Quando homens gays performam feminilidade causam um desconforto na estrutura. Aquilo que nos aproxima do feminino sempre foi visto como repulsa. Vide o próprio jornalismo: não dá para ser subjetivo, não dá para pensar em alteridade – como pontua Veiga (2014), o jornalismo traz os atributos daquilo que é entendido como masculino.

Victor usa as unhas grandes e pintadas. No dia em que nos conhecemos no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), ele usava uma saia longa preta e unhas na cor vermelha. É de praxe ele vestir roupas que questionam os padrões de gênero e sem medo de performar feminilidade no espaço laboral.

Uso as minhas unhas pintadas na redação. Já é algo que faz parte de mim, do meu estilo. Gosto de questionar os padrões de gênero (VICTOR).

Louro (2001, p. 21): “Para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar [no mercado jornalístico], ‘assumir’ a condição de (...) [gay, lésbicas, travestis e outras identidades dissidentes] ou de bissexual é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização”.

Ser uma referência nas pautas de gênero e sexualidade, também, é resistir. Mas para isso é necessário fugir ao estigma de que pessoas LGBTQIA+ só têm propriedade para falar dessas temáticas, como exemplificam Breno e João:

Alguns jornalistas fazem consultoria comigo no trabalho. Perguntam quais mulheres trans e travestis eu posso trazer para serem colunistas. Sempre que surge um conteúdo sensível, uma editora conversa comigo e pergunta qual é o caminho que deve seguir, quais palavras devem usar (BRENO).

Há um tempo, a gente soltou um material especial sobre linguagem neutra no jornal, que foi escrito por editores sêniores. Eles todos vieram na minha mesa para revisar o material. Eles sabem que pesquisei sobre gênero e leio bastante sobre o assunto. Quando surgem materiais dentro desse escopo sempre passa por mim. Mas, gente, eu falo sobre outros assuntos também e ninguém vem na minha mesa perguntar sobre economia, por exemplo. É como se fosse uma descredibilização também do nosso trabalho em relação a outra temática (JOÃO).

Recorrer a símbolos do movimento LGBTQIA+ também se configura como uma ação de resistência. Lucas entrevistou um economista para um canal de TV privado. Ambos aparecem de terno e estão formais no vídeo. Porém, o nosso repórter senta com as pernas cruzadas e fica aparente a meia colorida que ele está usando (Diário de campo). Victor é um dos profissionais que levanta a bandeira no trabalho:

Sempre deixo a minha bandeirinha lá na redação, sempre está lá ao lado do meu computador. Isso é marcar posição (VICTOR).

Breno é muito engajado na causa de pessoas trans. E se posicionar nas redes sociais tem sido uma estratégia para driblar a cisheteronorma, haja vista o poder que as mídias sociais têm.

Toda a vez que eu vejo alguma transfobia, eu me posiciono porque além de homem trans, eu sou jornalista. São sempre os termos de ‘nasceu no corpo errado’, ‘era menina e virou menino’, se falam de gravidez, é associado sempre como algo da mulher como se um homem trans ou uma pessoa transmasculina não engravidasse (Diário de Campo, BRENO).

Figura 2: Imagem do post sobre pessoas que menstruam



Fonte: Twitter oficial de Breno

Breno foi atacado nas redes sociais por conta do seu posicionamento sobre a menstruação de homens trans.

É assustador porque a gente ficou tanto tempo invisibilizado, as pessoas não sabendo o que é um homem trans, não sabendo sobre a existência dos nossos corpos e agora que a gente pode usar a internet para falar um pouquinho sobre as nossas vivências, a galera não quer aprender (Diário de Campo, BRENO).

Em outro momento, o G1 publicou uma matéria com o título : “Saúde vai centralizar compra de absorventes para mulheres em condição de vulnerabilidade”. Mais uma vez, Breno se posicionou e podemos observar no seu relato como o olhar jornalístico está voltado para a cisgeneridade:

Eu coloquei um print da matéria e falei nas redes sociais: ‘gente, cabe super colocar pessoas que menstruam nesse título. E aí vocês explicam melhor na matéria que são mulheres cis e pessoas que menstruam, porque homens trans, que estão em vulnerabilidade, também podem ter acesso ao absorvente’. Depois de algumas horas de repercussão, o título foi trocado e eles me mandaram a matéria atualizada [...]

Aí eu pensei: “está vendo a importância de se posicionar?”. É algo que passa batido no dia a dia da redação, e casos assim acontecem, mas acontecem porque não tem uma pessoa trans naquela redação (BRENO).

Figura 3: Imagem do título da matéria com posicionamento de Breno

Saúde vai centralizar compra de absorventes para mulheres e pessoas que menstruam em condição de vulnerabilidade

Até o governo passado, o Ministério repassava a verba para que municípios fizessem a compra. Investimento será de R\$ 418 milhões por ano, segundo o governo federal.

Fonte: G1

Além das sugestões oferecidas pelas jornalistas LGBTQIA+ sobre os produtos finais do jornalismo, seja ele notícia ou reportagem, percebo também dentro desse âmbito pedagógico, a necessidade de apontar cursos e palestras para gestores e alta liderança como expressão da resistência, como indica Lucas:

Vi uma mudança na empresa. Observo uma preocupação em qualificar gestores. Eu acho que a partir de cursos, palestras, de roda de conversas. Percebo que está acontecendo uma mudança da cultura do respeito. Sempre oriento para promover um espaço onde ninguém se sinta desconfortável sendo quem é (LUCAS).

O diálogo com os coletivos da cidade é importante para esquivar da cisheteronormatividade na profissão. Há essa preocupação com a empresa em que Fernanda trabalha, pois, segundo ela, o seu local de trabalho é aberto às condições humanas. O veículo não veio de um meio hegemônico, mas sim, dos movimentos sociais.

A gente sempre estar em comunicação com os coletivos LGBTQIA+ daqui de Santarém. Eu posso dizer que às vezes é muito difícil conversar com o pessoal da comunidade. Eu acho que por toda essa questão desse preconceito que vem de anos, não existe abertura por parte deles. Acredito que existe um medo muito grande de falar. Existem várias coisas que impedem. A gente entende também essas questões deles. Uma delas é acharem que a gente está se apropriando da pauta deles. Queremos trabalhar juntos por uma sociedade mais inclusiva (FERNANDA).

Depois de dialogar com as jornalistas LGBTQIA+ e respaldado na pesquisa realizada anteriormente (PORTO; FEITOSA, 2017), fica evidente que o lugar que encontra menos brechas para desvencilhar a cisheteronormatividade é o telejornalismo. Mas, mesmo aí as brechas existem. Ao vivo, antes de uma entrevista, Lucas rompeu de forma escancarada a norma:

Era uma sexta-feira, 12 de junho, entraríamos numa entrevista ao vivo. Como houve uma falha técnica por parte dos entrevistados, decidimos fazer uma declaração de amor por ser dia dos namorados. A primeira colega se declarou ao seu noivo, outra fez a declaração para o marido e em seguida eu também me declarei ao meu. E eu fui chamado pela apresentadora do jornal com a maior naturalidade. Eu lembro de ter falado algo assim: ‘ [nome do marido], meu marido, meu amor, eu te amo. Feliz

Dia dos Namorados para gente e para todos os casais apaixonados que estão nos assistindo. Eu vou comemorar o meu Dia dos Namorados em casa, rapidinho, porque amanhã tenho plantão cedo. [...], vê se faz o jantar aí, né amor? Me dá essa força. Vou preparar uma surpresa ótima' (LUCAS).

Ao começar uma entrevista ou reportagem a partir da subjetividade, o jornalista rompe com a objetividade – que conforme Veiga (2018), numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os com atributos convencionados como masculinos. Romper com a objetividade também é resistir a cisheteronorma. “A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensibilidade, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais), atributo convencionado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo (VEIGA, 2018, p.35).

Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “preche da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo [...] (VEIGA, 2018, p.35)

Horas depois da apresentação do telejornal, o vídeo do repórter viralizou no twitter e uma enxurrada de comentários chegaram. A grande maioria foi de apoio. Ativistas, artistas e outros jornalistas comentaram o parabenizando pela atitude. Todavia, uma outra parcela não gostou da atitude do repórter, afirmando que essa não é a forma de fazer jornalismo.

Figura 4: Comentário de um internauta na publicação de Lucas

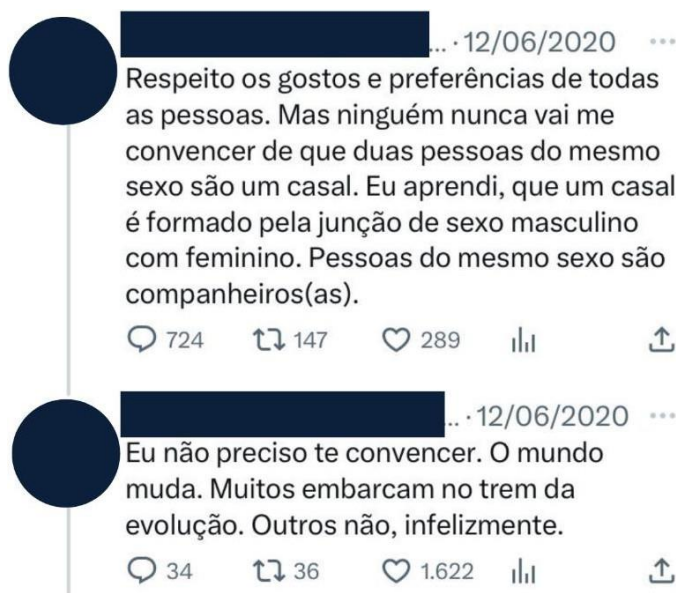


Fonte: Twitter de Lucas

O comentário acima parte do discurso da destruição da família tradicional brasileira e da doutrinação das crianças. “Basta manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças” (JUNQUEIRA, 2018, p.461). Como todo discurso é dotado de intencionalidade (ORLANDI, 2003),

ao proferir este discurso, o intuito do internauta é utilizar um ser frágil (criança) no centro da narrativa para causar comoção social, além de voltar outros seguidores contra direitos e políticas públicas favoráveis a população LGBTQIA+, como a livre expressão da sua sexualidade, o uso do nome social, direito à identidade de gênero.

Figura 5: Comentário negativo na publicação de Lucas com resposta dele

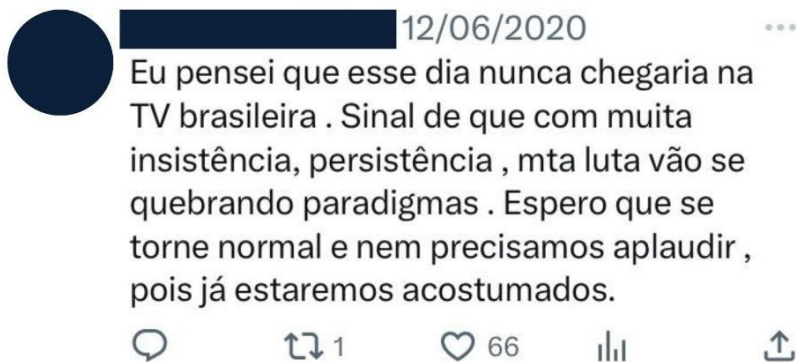


Fonte: Twitter de Lucas

Este e outros comentários que seguiram a mesma linha de raciocínio, objetivam manter a ordem moral conservadora, alicerçada em valores da cisheteronormatividade – mesmo que custe atacar os direitos humanos da população que foge à normatividade de gênero e sexualidade. “A política simbólica, que estrutura os pânico morais, costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão (MISKOLCI, 2007, p.115).

Por outro lado, nosso repórter recebeu muitas mensagens de apoio, inclusive enfatizando que essas atitudes deveriam ser naturalizadas na televisão brasileira.

Figura 6: Comentário positivo na publicação de Lucas



Fonte: Twitter de Lucas

Na conversa com Liz, falamos sobre esse episódio e o quanto ele foi necessário. Não se espera que um repórter fale da sua vida privada, principalmente sobre algo que envolva sua identidade dissidente. Mas, por outro lado, fica evidente o quanto o homem gay cisgênero é privilegiados em detrimento as outras identidades que subvertem a norma. “Observando a organização das notícias, a hierarquia nas redações e os discursos sobre a realidade é possível perceber o quanto as relações de gênero e poder se equivalem à norma dominante na sociedade” (VEIGA, 2018, p.23). Liz aponta;

Não vejo mulheres trans numa bancada de um telejornal. Homens trans também, assim como gays afeminados nesta situação (LIZ).

Uma outra marca de resistência que fica muito evidente é que todas as jornalistas com quem dialoguei são engajadas com as pautas de gênero, sexualidade e raça. Costumam engatar pautas que vão além do dia do Orgulho ou do Dia da Consciência Negra. Para além disso, há uma preocupação delas com a busca de fontes, pois têm em mente que pessoas LGBTQIA+ podem falar de qualquer temática que foge ao escopo da sua vivência.

Escrevo muitas pautas que estão intrínsecas a minha vivência. Falar sobre questões de gênero, pessoas LGBTQIA+, questões raciais que me atravessam – porque muitas vezes é complicado para mim, sou uma pessoa preta de pele mais clara. Aqui, a gente sempre tem a preocupação de ouvir pessoas dos movimentos sociais (FERNANDA).

Este relato de Fernanda ajuda-nos a compreender que é possível produzir narrativas jornalísticas a favor da alteridade. Como pontua Gonçalves (2017), é mandatório prosseguir rumo a uma narrativa jornalística de solidariedade, de forma a produzir uma cumplicidade com as vozes não-normativas, assim como permitir que sejam parte deste diálogo. Cláudia Lago (2014), a partir de reflexões sobre a Antropologia, reflete sobre o papel do Jornalismo na construção e ampliação da

democracia e da cidadania. A professora afirma que a responsabilidade social do jornalismo não pode resumir a fornecer informações de interesse público, mas também pensa em um fazer jornalístico que olhe para a alteridade.

Tanto Antropologia quanto Jornalismo colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. Ambos utilizam, para isso, de informantes (no caso de um) e fontes (no caso de outro), que, por sua vez, são identificados como aqueles que podem fornecer informações confiáveis sobre o observado. A Antropologia apega-se profundamente à observação, mas também ao discurso; o Jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos, mas também observa. Ambos interferem nas relações que retratam, mas enquanto a Antropologia atualmente identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro, o Jornalismo apega-se à noção de que há uma objetividade possível no relacionamento com suas fontes (LAGO, 2014, p. 182).

Conforme Lago (2014), o Jornalismo possui chaves de leitura que desqualificam e tornam invisível o Outro em sua alteridade plena. Por isso faz-se importante, tanto na produção noticiosa, quanto no espaço laboral, “descentrar o olhar constituído”. Afinal, dentro da sociedade ao qual estamos inseridos, jornalistas são dotados dos mesmos processos cognitivos que os demais membros, podendo ou não estar abertos ao respeito às condições humana, ter ou não uma responsabilidade com as diferenças sociais, portanto, seu olhar precisa incorporar, ser permeável às possibilidades de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar perceber pelas atuais gramáticas normativas (LAGO, 2014).

Nesse sentido, Victor busca fazer pequenos acordos com a chefia da empresa, pensando numa prática jornalística mais solidária e aberta às condições humanas. É no exercício de alteridade, que o repórter pode romper com a cisheteronormatividade – como pode ser observado no relato abaixo:

Eu tenho, inclusive, uma regrinha lá: uma vez por semana, eu escrevo uma matéria sobre gênero e sexualidade. Então, toda semana tem alguma matéria sobre saúde, cidadania, questão de acesso ao trabalho, principalmente por pessoas trans. Penso numa prática jornalística sempre mais solidária. Esta semana mesmo, a minha pauta é sobre a PrEP. Tem uma baixa adesão aqui em Cuiabá e precisamos trazer mais informações (VICTOR).

Uma outra marca de resistência é a criação de comitês de Diversidade e Inclusão – nos apontamentos finais desta dissertação, elucidado, melhor, sobre a importância das políticas de inclusão e diversidade nas empresas jornalísticas. Mais agora o ponto é: fortalecer entre os iguais para fazer a diferença. Em 2018, na última empresa em que trabalhei na capital paulista, chegou até mim a pauta do Dia da Consciência Negra. Fiquei muito empolgado porque sempre gostei das pautas de cunho social. Entre campanhas para redes sociais e criação da matéria para o site, trabalhei com quatro colegas pretos nesta pauta. Além de ouvir a experiência deles, convoquei todas as pessoas pretas daquela empresa para uma reunião. Ali, eu ouvi cada história atentamente, porque eu queria fazer

uma comunicação de dentro para fora.

Os colaboradores gostaram tanto dos nossos encontros, que a partir deles foi formado o primeiro comitê Étnico-Racial da empresa. Nos meses seguintes, aquele grupo se fortaleceu com o Pride – o Comitê LGBTQIA+ da empresa, do qual eu era uma das lideranças. Esta pauta não só rendeu o empreendimento de um grupo, mas o recorde de contratação de pessoas pretas a partir dali.

Vimos até aqui, que em alguns momentos precisamos recorrer à autocensura como mecanismo de sobrevivência no espaço laboral. Em outros, recorreremos à resistência como forma de mostrar que existem outras formas de ser e estar no mundo. A seguir, você acompanha uma outra grande marca de resistência: o jornalismo alternativo, que resiste à normatividade vigente em sociedade e reproduzida no jornalismo.

4.3 Sob à luz do Lampião: o jornalismo alternativo como marca de resistência

Na sociedade brasileira, foi no final da década de 1970 e no início de 1980, em meio a ditadura militar, que os movimentos sociais marcam a história na busca não somente pela democracia, mas pela cidadania e pelos direitos civis. E em meio a este contexto o movimento LGBTQIA+ vai construindo a sua visibilidade e abrindo caminho, também, para expressão de um movimento político, que entrava em cena, em 1978 com a publicação do jornal “Lampião da Esquina” e a fundação do grupo Somos, o primeiro grupo militante brasileiro (SIMÕES; FACCHINI, 2009). “Embora possa ter havido organizações GLBT no Brasil, no período pós-guerra, é só nos anos 70 que se tem registros documentados, com o Jornal o Lampião da Esquina, em 1978” (REIS, 2007, p.90).

O “Lampião” abordava as questões das identidades dissidentes em uma perspectiva política e foi um dos representantes da imprensa alternativa brasileira que mais atingiu um elevado nível de transgressão, sendo divisor de águas na construção das identidades gays [e outras formas de vivenciar gênero e sexualidade] (PRADO; MACHADO, 2008). Prado e Machado (2008), ao citarem Rodrigues (2005), ressaltam a importância do Lampião na formação das identidades dissidentes.

O Lampião iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria identidade. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca e nem doente, e que existia um outro lado (RODRIGUES, 2005 apud PRADO; MACHADO 2008, p.109).

Em seu primeiro editorial intitulado “Saindo do Gueto”, o Jornal evidenciava seu lugar na luta pela visibilidade LGBTQIA+, colocando em suas páginas a identidade deste grupo, a qual sai das bancas para os outros campos da sociedade. O Jornal também contribuiu para que se alastrasse a quebra de tabus, mesmo que timidamente, para outros cantos do país, saindo da zona Rio de

Janeiro-São Paulo, abrindo a discussão sobre os padrões morais vigentes (PRADO; MACHADO, 2008).

Figura 7: Primeira edição do Lâmpião da Esquina é lançada em abril de 1978.



Fonte: Grupo Diversidade

O “Lâmpião da Esquina” preocupa-se em tirar as pessoas LGBTQIA+ da margem social, e destruir a imagem padrão que existia sobre o grupo, impulsionando o movimento brasileiro, sendo uma transgressão em relação a cisheteronormatividade hegemônica e um símbolo de resistência da época. No jornalismo alternativo, o movimento LGBTQIA+ ganha corpo, mas no jornalismo de referência (ZAMIN, 2014) estas identidades são rejeitadas.

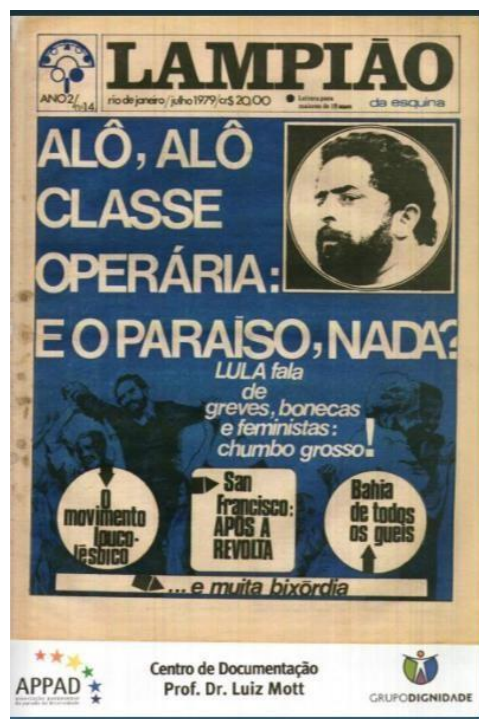
Vale ressaltar que o tabloide não se limitava a temas relacionados à sexualidade. Pautas sobre identidades e questões sociais ganhavam espaços em suas edições. O jornal contrapunha a cobertura da imprensa tradicional, que retrata a população LGBTQIA+ de forma pejorativa e a resumia ao noticiário policial.

Figura 8: Questões raciais eram debatidas no jornal



Fonte: Grupo Diversidade

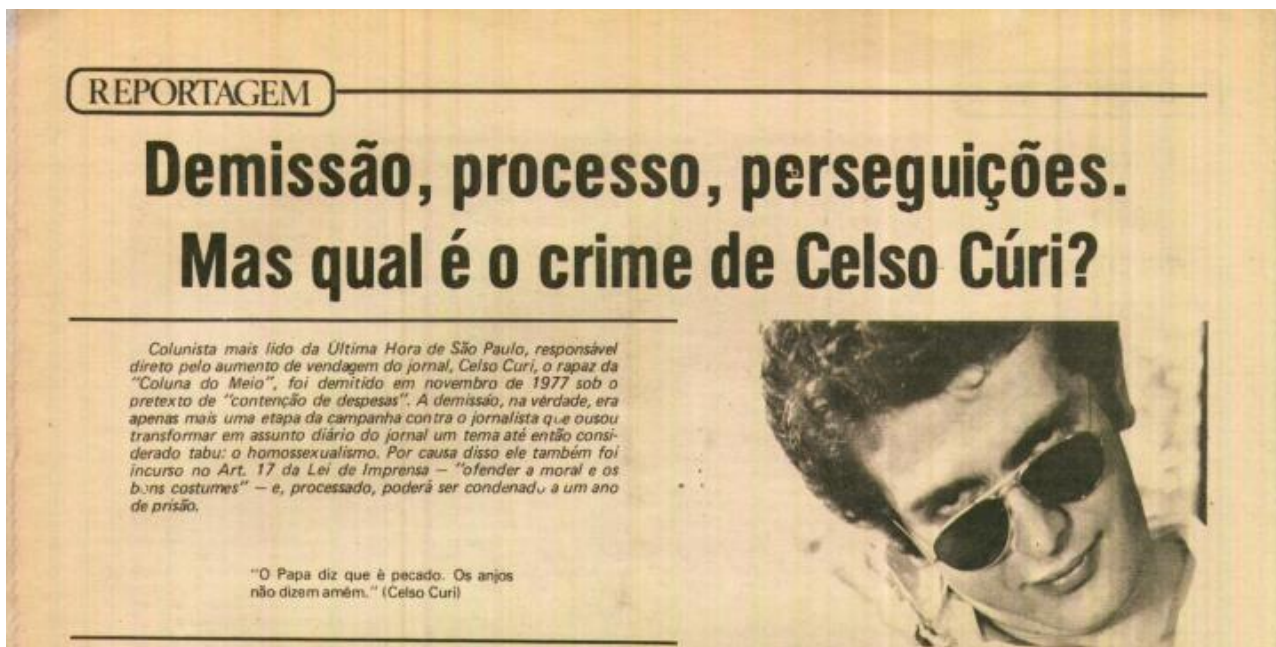
Figura 9: A luta de classe também ganhava corpo no jornal



Fonte: Grupo Diversidade

Uma das reportagens do Jornal mencionava uma situação de cisheteronormatividade vivenciada pelo jornalista Celso Cúri, autor da “Coluna do Meio”, do Jornal “Última Hora”. O jornalista foi demitido e processado por “ofender a moral e os bons costumes”, isto porque a sua coluna era destinada ao público LGBTQIA+.

Figura 10: Reportagem sobre a demissão de Celso Cúri



Fonte: Grupo Diversidade

A identidade profissional condiz com a identidade hegemônica até os dias atuais, pois o jornalista é parte da sociedade em que está inserido, partilhando com esta, visões de mundo que o ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo ou errado. O jornalista defende, implicitamente, as normas e valores da sociedade (VEIGA, 2014). Dessa forma, vale ressaltar que, o jornalismo possui o gênero informativo, interpretativo e opinativo, porém, observa-se que o gênero que mais se sobressai, é o gênero masculino. Um gênero masculino e heterossexual.

Desse modo, o Lâmpião da Esquina se tornou referência quando se trata de jornalismo alternativo voltado à diversidade, acolhendo profissionais que ficavam à margem e também dando voz a uma parcela da sociedade que sempre foi colocada num patamar subalterno.

Em 2016, o Lâmpião ganhou um documentário produzido pela cineasta Lívia Perez, que resgata a história de resistência do jornal. O documentário traz depoimentos de jornalistas, escritores e artistas que marcaram presença em suas páginas.

E hoje não é diferente, é na imprensa alternativa que muitos jornalistas LGBTQIA+ driblam a cisheteronormatividade e conseguem dar sentido a profissão e se encontrar dentro dela, como aponta Breno:

Logo que eu termino a faculdade, eu faço a minha inscrição para entrar na Agência Mural de Jornalismo das Periferias, que ainda é até hoje a redação, não no sentido mais figural da

palavra, porque não existe uma redação física, mas é o coletivo de jornalistas mais plurais que a gente tem. É formado por jornalistas da periferia, muitos LGBTQTs, pessoas não brancas. Ali foi o meu nascimento no jornalismo. Depois fui para outro jornal alternativo e foi muito importante começar a minha carreira em veículos que realmente são a favor de direitos humanos, que tem uma preocupação com a pauta LGBTQIA+. E foi ali que eu fui tendo mais certeza da minha identidade de gênero. Porque nasce ali, então, a primeira vez que eu penso: ‘opa, acho que eu sou um cara trans’. Não estou pronto psicologicamente, financeiramente e nem profissionalmente para contar que sou. Mas esse tempo que eu pude, principalmente os dois primeiros anos, exercer a profissão – que foi de 2017 a 2019 –, que eu fui me aproximando de mais pessoas trans, tendo pessoas que sempre foram referências para mim, como minhas fontes, e também amigas: Jaqueline Gomes de Jesus, que é um ícone, por exemplo (BRENO).

Jéssica sempre quis trazer sentido para a profissão que escolheu, mas não viu no jornalismo hegemônico a oportunidade. Quando ela trabalhava na imprensa tradicional sempre questionou a maneira como o jornalismo era feito. Quando perguntada qual foi a estratégia que ela encontrou para driblar a cisheteronormatividade na profissão, ela afirma que foi sair do mercado tradicional.

A identificação com o fazer jornalístico nunca saiu de dentro de mim. Mas esse meu fazer jornalístico parecia que não se encaixava no mercado. Eu sempre quis retratar as questões de gênero por meio da pauta de mulheres no esporte. E essa falta de espaço me fazia refletir muito sobre. Por entender o sentimento de mulheres ligadas ao esporte, eu sentia muito essa vontade de ter algo pra poder me dedicar a essas pautas. Conheci uma Rádio aqui em Santa Maria que é tocada de forma colaborativa e que possui diversos programas fora do padrão de mercado. E que eu pensei, ‘nossa, eu acredito que aqui seria um espaço muito legal para um projeto focado em esporte e mulheres rolar’ (JÉSSICA).

Foi a partir daí que Jéssica fez como na época do Lampião, juntou um grupo com interesses em comum e montou um programa radiofônico que divulga e valoriza as mulheres que realizam práticas esportivas, expondo que suas lutas, conquistas, diversidades e questões que vão além da busca pelo pódio e superação atlética. Suas lutas se estendem contra o preconceito, para vencer a inexistência de estrutura e driblar a falta de reconhecimento no cenário nacional.

E aí eu reuni amigas da comunicação em Santa Maria. A gente colocou o projeto no papel, de como a gente imaginava de atuar na rádio. E trouxe para os gestores. E eles amaram a ideia. Foram extremamente receptivos. A gente sabia que pela postura do veículo eles teriam essa atitude. Sem falar que era um conteúdo que ainda não era explorado no veículo. A gente fez a nossa estreia no dia 8 de março. Não foi proposital, foi algo do destino [...]

A gente estava dentro do guarda-chuva de uma rádio alternativa e a gente entrava em contato com a técnica da seleção brasileira no momento, com a melhor jogadora de futsal do mundo. A gente tem muito acesso às pessoas, numa facilidade de acessar essas mulheres. A gente viu desde o início, mulheres sedentas por alguém que tivesse disposto a ouvir a sua história, o seu ponto de vista, o seu lado (JÉSSICA).

Essa facilidade também vinha do fato de ser uma rádio alternativa e não estar ligado a algumas questões comerciais, como Jéssica apontou em nossa conversa.

O sistema coloca as empresas jornalísticas nessa condição e tudo depende de apoio financeiro. Então, acaba assim, cerceando em muitos aspectos a postura de como você quer

trabalhar no jornalismo. Então, essas questões, aliadas à falta de estrutura, uma remuneração muito baixa, foram me frustrando, sabe? Por mais que eu tivesse muita vontade e amasse, como eu ainda amo a profissão em si, mas o mercado precisa de muitas mudanças (JÉSSICA).

O fator econômico tem forte papel de decisão de uma política editorial, por exemplo, pois as empresas jornalísticas, obviamente, visam lucros. Sendo assim, algumas pautas podem não ser trabalhadas em determinados veículos. Desse modo, Traquina (2001, p.78) afirma:

O jornalismo é também um negócio. Todas empresas jornalísticas, com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas. As receitas provém das vendas e da receita da publicidade. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico. [...] os jornalistas enchem o espaço deixado em aberto pela publicidade.

No âmbito da produção jornalística, observa-se também que os incentivos financeiros afetam a elaboração da notícia e as decisões editoriais, ou seja, a pressão exercida pelos anunciantes, por exemplo, pode influenciar o conteúdo noticioso. Uma empresa x que é forte anunciante do jornal está envolvida em algum caso de irregularidade. O veículo noticiará a informação de maneira sutil, não dando tanta ênfase ao caso. Podendo, ainda, ocultar o nome da empresa. Em outra situação, se tratando de uma notícia positiva, a empresa x é patrocinadora de um grande evento, sendo colaboradora de uma causa social da cidade. O jornal dará um destaque ao fato, podendo ser chamada de capa, dando ênfase através das fotos, etc. São situações hipotéticas que nos ajudam a pensar o quanto as motivações financeiras podem trazer constrangimentos à prática jornalística e como, muitas vezes, esse favorecimento acontece no jornal de maneira imperceptível pelo leitor menos atento.

Jéssica ainda comenta comigo sobre a falta de representatividade lésbica no mercado jornalístico e como as mulheres sempre foram apagadas. A nossa conversa me leva novamente ao *Lampião da Esquina*, na edição nº 12, quando houve a narrativa sobre mulheres lésbicas escrita por uma:

Nós estamos chegando atrasadas e não é apenas porque o *Lampião* tem um ano, já anda, fala muita coisa e balbucia outro tanto. Nós estamos atrasados porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas, porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque vivemos na clandestinidade. (...) Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete e da bomba de gás. Falamos daquela que está presente na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos – meios de comunicação, educação, religião, etc. –, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos moldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres. (...) Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas... mas nos

propondo na atualidade e parafrazeando Caetano, a – meter o cotovelo e ir abrindo caminho. O tempo passa, mas na raça nós chegamos lá. As coisas têm de mudar... (LAMPPIÃO, 1979, p. 7)

Foi a primeira vez na história do país que um grupo de mulheres se reuniu para falar da sexualidade lésbica. “É a primeira vez, sim senhora. Pode procurar em toda a sua memória [...]. Os jornais e movimento feminista no Brasil nunca tocaram no assunto” (LAMPPIÃO, 1979, p.7). É nesse trecho da primeira reportagem sobre o tema que as escritoras partem do reconhecimento de sua ausência na imprensa. Quando elas questionam que estão atrasadas, deixam evidente que isso se dá por meio das condições de repressão das mulheres lésbicas na sociedade, procriada na família, na religião judaica-cristã, na escola e emprego – o que contribui para impedir as liberdades das mulheres, em especial, das lésbicas.

E elas não pararam por aí. Sob à luz do Lampião suas mentes foram iluminadas e, em 1981 na cidade de São Paulo, um grupo de lésbicas criou o ChanacomChana¹⁰ – uma espécie de boletim ou zine que desempenhou um papel importante na organização política e resistência da comunidade lésbica durante os anos 1980 no Brasil – tinha como ponto de comércio Ferro’s Bar, frequentado por lésbicas. Os donos do local não aprovavam essa comercialização, o que levou a expulsão das mulheres que ali frequentavam em 1983. No dia 19 de agosto do mesmo ano, feministas e ativistas LGBTQIA+ se reuniram no Ferro’s, onde fizeram um ato político que resultou no fim da proibição da venda do jornal. Esse episódio ficou conhecido como o “Stonewall brasileiro” e, por causa dele, no dia 19 de agosto comemora-se o Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo.

Mulheres jornalistas que escrevem sobre mulheres, este é um dos pilares do trabalho de Fernanda. Em nosso diálogo ela enfatiza o quanto se sente à vontade no seu espaço laboral.

Por ser um jornalismo alternativo, independente. Nós jornalistas LGBTQIA+ temos uma facilidade de ser quem somos. E lá é um universo muito colorido. Temos lésbicas, gays, bissexuais, pessoas não binárias. Eu tenho um editoria sobre gênero e sexualidade e eles me deixam muita à vontade para falar sobre isso [...] É um espaço diverso e um espaço muito acolhedor também. (FERNANDA).

E essa questão de se apropriar da pauta é muito comum em grandes empresas. Durante a minha carreira, eu tive uma equipe que pensava na diversidade, mas que tinha muita dificuldade de emplacar algumas pautas. Mas com o tempo, lembro-me que pessoas pretas, por exemplo, começaram a ser capa das revistas e de estarem nas redes sociais, mas, infelizmente, apenas 2% do quadro de colaboradores eram negros – três deles estavam na minha equipe. A minha equipe queria ver um movimento de dentro para fora: primeiro a empresa se torna, de fato, diversa e inclusiva,

¹⁰ <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro>

para depois popularizarmos as pautas. Não tive a experiência no jornalismo alternativo, mas em minha conversa com Fernanda, a gente consegue entender que o discurso da diversidade e inclusão para muitas empresas ficam no plano da falácia, porque elas descobriram que é um discurso que vende.

Quadro 2 - Sistematização das marcas de resistência observadas no campo jornalístico

- Ser abertamente LGBTQIA+ no mercado de trabalho
- Se posicionar no espaço laboral
- Romper com estereótipos de gênero
- Se apropriar de uma linguagem mais inclusiva
- Ser uma referência nas pautas de gênero e sexualidade, mas fugindo do estigma
- Se apropriar de símbolos do movimento LGBTQIA, como a nossa bandeira
- Se posicionar nas redes sociais
- Indicação de cursos e palestras para gestores e alta liderança
- Formação de Comitês de Diversidade e Inclusão
- Dialogar com coletivos/movimentos sociais
- Optar pelo jornalismo alternativo
- Produzir narrativas de alteridade e buscar por fontes LGBTQIA+
- Abordar a temática LGBTQIA+ e demais marcadores sociais em suas pautas
- Uso do ao vivo no telejornalismo para trazer a subjetividade
- Fazer pequenos acordos com a chefia da empresa, pensando numa prática jornalística mais solidária

Fonte: elaboração do autor

5. APONTAMENTOS FINAIS

Quando pequeno, a cor do meu quarto era azul. Ganhei a camisa do time que o meu avô era torcedor. Não sou fã de futebol, mas digo que sou flamenguista – em homenagem a ele. No quintal da nossa casa ou na porta da rua (como falamos na Bahia) acontecia o nosso bate-bola. Mas eu me divertia mesmo ao som do “É o tchan”. Dançar já me dava um pequeno indício de liberdade, chegando mais próximo de ser realmente quem sou – a criança viada dos anos 90. Eu não entendia porquê o meu bailar constrangia os adultos da família. É porque, segundo o grupo de axé aqui citado, “Pau que nasce torto nunca se endireita”. Este menino fugiu da rota fixada e se aventurou por um outro caminho, descobriu que é diferente e se aventurou no desconhecido, sem saber ao certo onde este caminho o levará. Ele cresceu, buscou a autossuficiência, “saiu do armário” e entrou na redação. Este menino se tornou jornalista.

No jornalismo, percebeu que muitos daqueles discursos familiares e religiosos também permeavam a profissão. E são estes discursos que fazem com que a autocensura se torne um mecanismo de defesa e sobrevivência de muitas jornalistas no mercado de trabalho.

A cisheteronormatividade é apontada como norte, porém ele e outras colegas de profissão apontaram as suas bússolas para outra direção. Mostraram que ser abertamente LGBTQIA+ no espaço laboral é por si só uma grande marca de resistência. E que o caminho se torna menos árduo se existem, naquele ambiente, outras pessoas de identidades dissidentes para criarem uma rede de apoio – inclusive formando comitês de Diversidade e Inclusão/Étnico-Raciais. Cada vez mais que pessoas das identidades dissidentes se manifestam publicamente, elas também acabam evidenciando a instabilidade e a fluidez da cisheteronormatividade.

Além de serem abertamente LGBTQIA+, estas profissionais resistem à norma se posicionando, tanto no trabalho, quanto nas suas redes sociais. Para além disso, elas também quebram estereótipos de gênero que foram impostos aos seus corpos.

Estas jornalistas têm cada vez mais tornado referências nas pautas de gênero e sexualidade em suas equipes e buscam fugir ao estigma de que pessoas LGBTQIA+ só têm propriedade para falar dessas temáticas. Elas mostraram que é possível produzir narrativas jornalísticas a favor da alteridade, e que são engajadas com as pautas de gênero, sexualidade e raça e possuem uma preocupação em buscar fontes LGBTQIA+ para além das temáticas das suas vivências.

É notório, como ainda, o telejornalismo é a principal prática profissional de barreira para as pessoas LGBTQIA+, sempre carregado do discurso de que o fazer técnico não pode chamar mais atenção que a notícia, mas, como vimos, há sempre uma brecha para resistir.

Elas levantam a bandeira no trabalho, nem que seja aquela pequena que fica ao lado dos seus computadores, ou ao cruzarem as pernas com suas meias coloridas. Fato é que muitas delas recorrem

aos símbolos do movimento LGBTQIA+. Mesmo que o jornalismo esteja estruturado nas normas hegemônicas, é passível de resistência.

Por fim, gostaria de apontar que, no percurso de elaboração do projeto de dissertação algumas dificuldades foram encontradas, especialmente por conta da ampliação do corpus empírico, partindo de jornalistas gays para jornalistas LGBTQIA+, como indicado, em um ajuste do campo teórico para pensar não apenas a partir do padrão masculino, uma vez que dentro do leque das possibilidades das identidades de gênero e sexuais, homens gays cis são privilegiados. Esse deslocamento me fez repensar alguns conceitos e referenciais teóricos. Não podia falar apenas em heteronormatividade, uma vez que a heterossexualidade é representada também por pessoas trans. Desse modo, encontrar o referencial teórico que desse conta da perspectiva da cisheteronormatividade, principalmente no jornalismo, para compor os capítulos teóricos da dissertação foi desafiador, dada a pouca referência de trabalhos voltados para o jornalismo – o que por um lado, reafirma a importância da pesquisa.

A pandemia de Covid-19 também trouxe desafios. O meu quarto virou a sala de aula, e a sala de casa, o escritório. Fui imerso na rotina excessiva de trabalho, o que acarretou em crises de ansiedade e noites mal dormidas. Equilibrar as demandas da vida profissional e acadêmica foi difícil. Em busca de bem-estar e, na tentativa de ficar perto dos meus, voltei a morar na Bahia – depois de cinco anos na capital paulista. Sendo assim, este estudo é, antes de tudo, um escrito para este tempo de incerteza. Mas, sobretudo, para repensar a sociologia da profissão e a prática jornalística. Primeiro, quero apontar para **a importância das políticas de diversidade e inclusão nas organizações**. Em um segundo momento, pretendo **refletir sobre um jornalismo mais sensível às condições humanas** e afeito à alteridade. Para isso, convido as minhas colegas que dialoguei para este estudo a construir estes caminhos reflexivos comigo, porque uma pesquisa não se faz sozinha.

Começo este apontamento com uma afirmação: o chão de fábrica é preto e ao mesmo tempo é colorido. Foi a conclusão que cheguei ao fim desse meu afetar pelo o Outro. Observe o relato de Ariel:

Geralmente, a política de diversidade e inclusão está muito no chão, no piso, no início. São as vagas dos estagiários, eles tentam colocar ali. São direcionadas às pessoas pretas e algumas vezes LGBTQIA+. As pessoas com deficiência, muitas vezes, são esquecidas (ARIEL).

Quem ingressou no mercado de trabalho em virtude da política de diversidade foi João. Ele compartilha conosco a sua experiência:

A minha vaga foi de estágio e eu fui contratado dentro do critério de diversidade. O presidente tem buscado dar uma diversificada no perfil do jornal. Não que ele tenha esse perfil de pessoa que é aberta à diversidade. Mas, enquanto empresário, ele entende a importância disso. E aí é onde ele tenta fazer essa calibragem nas contratações (JOÃO).

Mesmo estando dentro das políticas de diversidade, João enxerga a mesma perspectiva de

Ariel e aponta qual é o padrão do topo da pirâmide do mercado de trabalho.

O que percebo é que pessoas pretas são contratadas para os cargos de baixo escalão. A gente tem a chefia e tem o baixo clero da chefia. No baixo clero da chefia existem duas pessoas pretas, digamos assim. Porém, elas não têm nenhum poder de decisão. No topo da pirâmide não temos pessoas LGBTQIA+ e pessoas pretas, apenas homens cis heterossexuais brancos (JOÃO).

Uma outra coisa que é importante pontuar é que uma empresa pode ser diversa, mas isso não quer dizer que ela seja inclusiva.

A empresa, muitas vezes, não fez nada de inclusão, ela só contratou. Sem falar daquela questão: contrata, por exemplo, uma pessoa trans e diz que a empresa é diversa. A inclusão vai ser o processo que vai acontecer depois. Eu bato sempre na tecla porque além de ser uma pessoa com deficiência, eu trabalho e pesquiso essas questões. A empresa precisa se engajar na criação de programas para que esse jornalista tenha mais oportunidades e se desenvolva. Sempre na busca pela equidade no trabalho. Promover cursos e capacitação. Isso será melhor não só para o funcionário, mas para a empresa também (ARIEL).

A diversidade nas empresas melhora o clima organizacional, promove o respeito e empatia entre os colaboradores – o que contibui para um ambiente mais harmonioso e produtivo – além de ter um impacto positivo na reputação da empresa, demonstrando seu compromisso com valores éticos e pela busca de uma equidade social. Uma política de diversidade e inclusão pode ajudar jornalistas LGBTQIA+ romperem com a cisheteronorma na profissão, bem como garantir que tenham igualdade de oportunidades e se sintam valorizadas.

Eu acho que eles aumentam as oportunidades de entrada, mas dificilmente eles conseguem mexer na máquina interna para que a coisa caminhe. Para que essas pessoas tenham as mesmas oportunidades. Eu entrei na empresa junto com vários outros colegas. Hoje eles já são editores assistentes, que era a função que eu estava desenvolvendo para ser (JOÃO).

Breno ao compartilhar comigo a experiência na empresa que trabalhou anteriormente, chama a atenção para uma questão de classe. A empresa tende a ser elitista na hora da contratação. O que muitas organizações precisam entender, também, é que as pessoas vêm de realidades diferentes, ainda mais se tratando de identidades dissidentes. Veja os relatos de Breno, Jéssica e Liz, que ilustram melhor este cenário:

Por que não está vindo a galera da periferia para esta vaga? Por que não está vindo a galera negra? Uma das exigências de você ser estagiário lá era ter o inglês fluente. E assim, eu com 32 anos não consegui fazer o inglês ainda, porque sempre tem outro lugar que eu preciso pôr essa grana, que não é um curso de idiomas. Então eles perceberam o quanto o discurso para aquela vaga é elitista (BRENO).

Não adianta só ficar criando vaga afirmativa, se não vai ter insumo de conhecimento para essas pessoas se qualificarem. As empresas, praticamente, esperam que venha um profissional prontíssimo, super qualificado e que seja LGBTQIA+. Eu acho que as empresas também precisam arcar com essas questões de educação: promover curso, promover treinamentos,

principalmente de pessoas trans, e promover essa qualificação desses profissionais para que essas empresas também, ao invés de só se alimentar de talentos e de pessoas que estejam prontas, mas também fomentar essa indústria e esse mercado, fazendo com que essas pessoas cresçam lá dentro (LIZ).

Falta diversidade na empresa. E uma diversidade que realmente seja ouvida. E o fato de não ter hoje uma política de inclusão pensando em acolher e preparar essas pessoas, porque muitas vezes as pessoas não têm o mesmo grau de formação justamente pelo sistema que a gente vive. Porque é algo sistêmico. Então, elas realmente têm menos acesso a tudo. Tem gente que está ali porque teve privilégio para ter acesso. O mínimo que a empresa precisa fazer é criar um ambiente que acolha, que prepara essas pessoas, porque elas realmente não tiveram oportunidades (JÉSSICA).

Breno ainda chama a atenção também para o papel crucial que as entidades sindicais têm em promover um espaço jornalístico mais diverso e inclusivo.

Vamos fazer a Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas] trabalhar. Os sindicatos também precisam estar mais alinhados com a gente e dá também consultoria sobre diversidade e inclusão. Porque se as redações ainda são LGBTfóbicas é porque está faltando mais pessoas LGBTs ali e porque as pessoas cisheterossexuais não se importam (BRENO).

Vale destacar que a implementação bem-sucedida de políticas de diversidade e inclusão requer mais do que apenas boas intenções. É necessário ter uma cultura organizacional que apoie essas políticas e ações concretas, como treinamento, avaliações regulares e programas de mentoria, para garantir que a diversidade seja genuinamente valorizada, cultivada e ultrapasse a barreira do discurso. Segundo Lucas, a empresa onde ele é repórter envereda por este caminho:

A empresa tem a diversidade como valor. Está no site deles. Não sei dizer como ela se dá, como é feita formalmente. Mas eu vejo estagiários entrando nos setores do jornalismo. Temos estagiários negros. E vejo esses estagiários sendo efetivados. E vejo também uma preocupação em englobar pessoas que se graduaram em outras universidades que não são tão tradicionais no jornalismo (LUCAS).

As empresas onde Fernanda, Liz, João, Ariel e Lucas exercem a profissão possuem/ou articulam-se sobre políticas de Diversidade e Inclusão. É interessante pontuar que nenhuma das entrevistadas tiveram chefes pretas. No quesito identidade de gênero ou sexual, apenas João teve um chefe cis gay. Apenas Ariel e Breno trabalharam com pessoas trans. E nenhuma trabalhou com alguma jornalista com deficiência. Na equipe de Jéssica não há nenhuma pessoa preta – compactuando com a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa no Brasil –, que destaca a subrepresentação da população negra nas redações jornalísticas no sul do país.

Pensar um jornalismo diverso e inclusivo é pensar um jornalismo sensível às condições humanas – seja em sua prática, seja no espaço laboral. E para que isso aconteça, segundo João e Victor, universidade e mercado devem dialogar. É necessário repensar a formação do jornalista, ter um olhar atento ao nosso currículo e repensar a forma como o jornalismo é feito atualmente.

Eu acho a universidade muito separada do mercado de trabalho. Se a gente tivesse os dois trabalhando juntos, a gente teria evoluído mais nessas questões. É necessário entender que as pessoas na sociedade estão mudando, o jornalismo também precisa. Não dá mais para pregar um padrão de cabelo, de voz, de comportamento (JOÃO).

Falta uma formação acadêmica que a gente consiga debater isso com mais intensidade. Durante toda a minha graduação, tudo que eu aprendi sobre diversidade, eu mesmo busquei, eu mesmo estudei sozinho. Não tinha disciplina que se preocupasse com isso. Então tem muitos alunos cisheterossexuais que entram na faculdade, saem da faculdade, chegam na redação e não sabem lidar com as diferenças (VICTOR).

Márcia Veiga (2014 e 2018), assim como Gean Gonçalves (2017 e 2022), já olhavam para essas questões. Ambos acreditam que o jornalismo pode promover melhores encontros de alteridade, a partir do reconhecimento de um Eu em relação ao Outro; que pode romper com atributos masculinistas em suas práticas; que acreditam que o ensino do jornalismo pode formar profissionais muito mais consonantes, que pautem novas perspectivas e que provoquem mais indagações.

Por fim, as marcas de resistência vistas aqui e estas reflexões finais nos convidam a produzir uma reviravolta no jornalismo, procurando ainda mais brechas para o processo de decolonização da profissão. Longe de chegar a algumas certezas, o estudo me provocou ainda mais inquietações e apontou novas miradas em busca de complementação dos muitos temas e conceitos que perpassaram esta pesquisa e não puderam ser aprofundados aqui.

Eu fiz e me refiz, no processo de escrita e no me deixar afetar pelo Outro. E sabe o que é mais bonito nisso tudo? É que a gente não anda só. A gente quer mesmo é escancarar a porta do armário da redação.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. - Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. – (Primeiros passos; 328)
- BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151- 172.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista estudos feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.
- DARDE, Vicente. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. 2012. 230f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: . Acesso em 07 jun. 2022.
- DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual, o Preconceito e a Justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1999.
- _____. Os anormais. São Paulo: Tradução de Martins Fontes, 2001.
- GONÇALVES, GEAN. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**.2017. 168p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KATZ, Jonathan. **A Invenção da Heterossexualidade**. Tradução Clara Fernandes. - Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAGO, C. **Antropologia e jornalismo: uma questão de método**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. Metodologia de pesquisa em jornalismo. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 48-66.

LAGO, C. **Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do "Outro" no jornalismo**. Brazilian Journalism Research – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), Volume 11, Número 2, 2014.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (Org.) **Pedagogias da Sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.07-32.

_____. **Um corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Michele. **Profissão Jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Bauru, 2005. Disponível em: . Acesso em: 07 jun. 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2012. REIS, Toni. O movimento homossexual. In: FIGUEIRO, Mary Neide Damico (Org.). Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade. Londrina: Editora UEL. 2007. p. 101-102.

PORTO, J. I; FEITOSA, Sara. **“Põe a cara no sol, mona”**: a heteronormatividade no exercício da profissão do jornalista gay. SBPJor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjor/JPJor2017/paper/view/922>. Acesso em: 08 maio de 2022.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística - uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2005.

RODOVALHO, Amara Moira. **“O cis pelo trans”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1995.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. 1.ed. Santa Catarina: Insular, 2014.

VEIGA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e suas implicações dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 2015. 276p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VEIGA, M; MAROCCO, B. **O Feminino no “Livro de Repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ZAMIN, Angela. **Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: . Acesso em: 07 jun. 2023.